

Memórias

MEMÓRIA PIUMHIENSE MIZUEL JÚLIO FERREIRA

O comerciante pacifista que legou uma fortuna à caridade

ARQUIVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O personagem desta semana, Mizael Júlio Ferreira, era filho de Joaquim Júlio Ferreira e Anna Marianna da Conceição. Nasceu em Piumhi no ano de 1850 e foi batizado “subconditione”, em 20 de maio de 1850, na Matriz de Nossa Senhora do Livramento, pelo padre José Florêncio Rodrigues. Seus padrinhos foram Manoel Júlio Ribeiro e Maria Francisca de Jesus. Os batizados realizados “sob condição” ocorriam em duas situações: quando havia dúvida se a criança realmente tinha sido batizada (por exemplo) ou quando ocorria em

a seguinte cláusula: “*Para nele ser feito um azylo de pobres*” (sic). Ovídio Arantes de Melo explica ainda no livro História dos Vicentinos em Piumhi que Mizael também teria “*reservado o direito, de um dia se precisar, um quartinho nesse Asilo*”. Depois de construído o asilo tinha 20 metros de frente por 8 metros de fundos, divididos em 8 quartos. O asilo serviu aos pobres até maio de 1947, quando foi demolido e substituído pela Vila Vicentina.

Seis anos mais tarde, isto é, em 1907, integrou juntamente com Dr. Avelino de Queiroz e outros companheiros o primeiro grupo de



em 1929

QUE MARCARAM A HISTÓRIA DE PIUMHI

Jornal Alto São Francisco
25/06/2017 à 24/12/2017



Sumária

A HISTÓRIA DO ZÉ ITALIANO 4

O FUNERAL DO ZÉ ITALIANO 5

O COMERCIANTE PACIFISTA QUE LEGOU UMA FORTUNA À CARIDADE 6

A AVENTURA TRANSATLÂNTICA DO ITALIANO LUIGI FARINELLI 7

A AVENTURA TRANSATLÂNTICA DE LUIGI FARINELLI E MATHILDE 8

QUEM FOI TENENTE FREITAS? DESVENDANDO UM MISTÉRIO 9

DE TROPEIRO E FERREIRO DE TENDA À OFICIAL DE JUSTIÇA 10

O MILAGRE DA PAZ E A ESCOLHA DA SANTA PADROEIRA DE PIUMHI 11

TAMANCAS OU CAPETINGA: ONDE TERIA NASCIDO O HERÓI DA ‘RETIRADA DA LAGUNA’?..... 12

AO TODO, 68 VOLUNTÁRIOS DEIXARAM A CIDADE E SEGUIRAM PARA O FRONT 13

PERFILHANDO O FILHO FRANCISCO 14

PROFESSOR É MORTO A FACADA PELO IRMÃO NO CRIME QUE ABALOU A PIUMHI DE 1966 15

REMEDIANDO O MAL ESPIRITUAL: O AMOR DE UM CASAL DE ESCRAVOS NA PIUMHI DE MEADOS DO SÉCULO XIX 16

AS PERIPÉCIAS DE ZÉ CARIOCA – ESCRAVO DO TENENTE JOSÉ GONÇALVES DE MELO 17

BELISÁRIO; UM HOMEM DA CIÊNCIA COM ALMA VOLTADA PARA A CARIDADE 18

ANTÔNIO, FARMACÊUTICO E UM GRANDE DISSEMINADOR DE SOBRENOME FAMILIAR 19

DE SANTO ANTÔNIO DA PEDRA PARA A AINDA VILA DE PIUMHI 20

DE D^a REGINA E SEUS TRÊS FILHOS ESCAPOU O CAÇULA 21

UM PADRE PIUMHIENSE QUE FEZ HISTÓRIA EM COPACABANA 22

OS ÍNDIOS CAIAPÓS E SUAS CRENÇAS DIANTE DA MORTE 23

COSTUME BRASILEIRO QUE SE ESTENDEU A PIUMHI NOS SEUS TEMPOS PRIMITIVOS.... 24

QUASE UM SÉCULO NO CORAÇÃO DA CIDADE 25

O CEMITÉRIO ECLESIAÍSTICO NOS SEUS DIAS DE AGONIA 26

“ESSE CEMITÉRIO, CHAMADO DOS ‘PROTESTANTES’, DATA DE 1904” 27

‘NÃO HAVERIA ESPAÇO SEPARADO PARA SEPULTAMENTO DE SUICIDAS’ 28

A SSVF DE PIUMHI NASCE NO CASARÃO DA RUA DIREITA 29

A História do Zé Italiano

Pioneiro das famílias italianas na cidade João Ernesto Cassini deu com os costados em Piumhi por volta dos anos 1855/1860



O patriarca Cassini, João Ernesto

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Zé Italiano era o apelido de João Ernesto Cassini. Personagem que pode ser considerado como patriarca da tradicional família Cassini de Piumhi. Era filho de Paschoal Cassini e Luzia Cassini, tendo nascido por volta de 1835/1840 em Chervassone do Ducado de Lucca, Reino da Itália.

Em 1850 o Império Brasileiro deu o passo inicial para o fim lento e gradual da escravidão: foi sancionada a Lei Euzébio de Queiroz, pela qual se proibia a vinda de mais escravos da África. A elite brasileira se agitou, pois não sabia onde buscar mão de obra para as lavouras de café em constante expansão pelo Vale do Paraíba (São Paulo), Espírito Santo e Minas Gerais.

Foi nesse contexto, que surgiu como solução a vinda de imigrantes europeus para o Brasil. O projeto atenderia dois objetivos: supriria a falta de mão de obra e promoveria o “branqueamento” do país atendendo a filosofia da eugenia -- crença de que a etnia europeia era superior às outras. Por sua vez a imigração era uma alternativa incentivada pelos países europeus para se “livrar” do excedente populacional. Já os imigrantes nutriam a esperança de construir uma vida nova se afortunando na América, além de fugirem dos contínuos conflitos políticos e religiosos que assolavam a Europa revolucio-

nária.

CHEGANDO A PIUMHI

Na segunda metade do século XIX milhões de europeus embarcaram para construir uma vida nova na América. Piumhi acabou se tornando um reduto de imigrantes europeus, principalmente italianos. Dessa forma, várias famílias de patriarcas italianos deixaram as suas marcas em nossa sociedade até os dias de hoje. Uma das primeiras famílias italianas que se estabeleceram em nossa cidade foi a de sobrenome Cassini.

Não se conseguiu localizar o seu registro de hospedaria e nem o vapor que trouxe João Ernesto Cassini da Itália, mas sabe-se que foi um dos pioneiros a cruzar o Atlântico em busca de uma vida melhor aqui no Brasil. Depois de perambular por algumas cidades brasileiras chegou a Piumhi. Aqui foi recepcionado com carinho pelos habitantes, por volta de 1855/1860, ganhando de forma peculiar o apelido de Zé Italiano embora se chamasse João.

FINCANDO RAÍZES

Não demorou muito para decidir ficar. Em 4 de abril de 1864 tomou a decisão definitiva de fincar raízes em Piumhi: casou-se com Ignêz Maria da Silva, natural de Piumhi e filha de Joaquim Francisco da Silva e Luciana Maria da Silva. O casamento foi celebrado pelo Vigário José Florêncio Rodrigues e teve como testemunha o Tenente Coronel Antônio José Rodrigues Barbosa -- um dos homens mais importantes daquela época em Piumhi.

O casal gerou os filhos: 1) Capitão Amâncio Ernesto Cassini, nascido em 1866, casado com Melvira Alves Arantes; 2) Luzia Ignês de Faria, nascida em 1869, casada com João da Costa Faria; 3) João Luiz Cassini, nascido em 1871, doente mental; 4) Alberto Cassini, nascido em 1874, casado com Julieta Julitta de Lara, migrou para a cidade de Guaxupé; 5) Pascoal Cassini, nascido em 1885, casado com Maria Alves do Carmo; 6) Letícia Cassi-



Ignêz Maria da Silva, a matriarca

ni, casada com Modesto Vicente Ferreira. Através do casamento dos filhos o sobrenome do Zé Italiano foi se multiplicando tornando-se tradicional em nossa cidade.

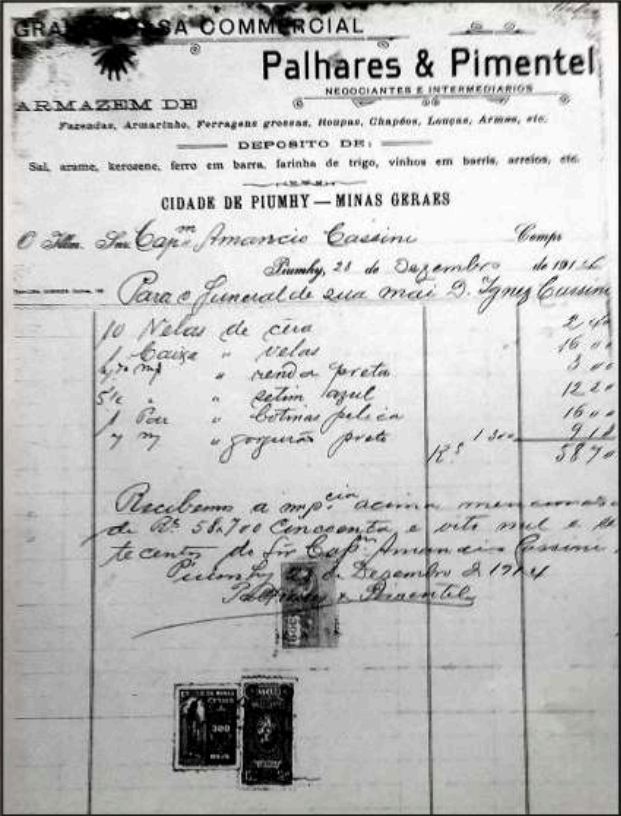
A CASA NA PRAÇA

Sustentou a família com seu trabalho, certamente pelo ofício de pedreiro e marceneiro, do que se pôde depreender dos muitos instrumentos de trabalho destes ofícios que constavam na relação dos bens deixados por Zé Italiano na ocasião de seu inventário. Conseguiu adquirir uma casa “coberta de telhas, assoalhada, com um anel de água”, no então Jardim Municipal Olegário Maciel (atual praça Dr. Avelino de Queiroz), onde formou um quintal com plantações de café, “dividindo por um lado com Joaquim Pedro de Rezende Costa e por outro com o beco que desce para a Rua São Paulo”. Nessa casa Zé italiano viveu até 23 de novembro de 1912, quando vitimado por enfermidade morreu, deixando a viúva e bens avaliados no valor de 3:343\$500 (três contos, trezentos e quarenta e três mil e quinhentos réis). Sua esposa, Maria Ignêz, lhe sobreviveu até 18 de fevereiro de 1915. O casal foi sepultado no Cemitério Eclesiástico de Piumhi. No inventário o Capitão Amâncio Cassini comprou as partes dos herdeiros e tornou-se único proprietário da casa naquela praça.

O funeral do Zé Italiano

Nas cerimônias fúnebres desta época era muito comum também a contratação de banda de música, o que foi dispensado na de João Ernesto Cassini, mas não na de Dona Maria Ignês

REPRODUÇÃO ACERVO DO AUTOR



Recibos mostram parte das despesas do capitão Amâncio Cassini com os funerais de seu pai e de sua mãe

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O historiador baiano João José Reis ao analisar os rituais fúnebres dos séculos XVIII e XIX produziu uma obra literária magistral denominada “*A morte é uma festa*”. Embora pareça ironia o título do livro demonstra com clareza a essência desses rituais que eram preparados e requintados com o rigor exigido por uma festa -- daí a comparação.

Na edição passada, os leitores do **ALTO** tiveram a oportunidade de conhecer as peripécias de Zé Italiano que viveu na Piumhi da metade do século XIX e princípios do XX. Viram também que o patriarca da família Cassini faleceu em 23 de novembro de 1912. A história não registrou qual foi a enfermidade que causou a morte, mas legou a informação de que o Capitão Amâncio Ernesto Cassini pagou 135\$000 (cento e trinta e cinco mil réis) na botica (farmácia) de Belisário Moreira Guimarães “*em quanto importou os medicamentos fornecidos para o uso de seu finado pai*”.

Coube ao filho mais velho, o próprio Capitão Amâncio, organizar os preparativos para o funeral do seu querido pai. Naquela época os velórios eram realizados na casa do falecido ou de seus familiares. No caso do Zé Italiano a cerimônia fúnebre deve ter sido realizada na sua casa localizada na praça municipal Olegário Maciel. Normalmente o cadáver era vestido com “trajes de gala” e acomodado sobre uma cama ou uma mesa.

Antes disso, o Capitão Amâncio, saiu pela cidade, indo ao encontro de: Herculino José de Santana, o qual cobrou 10\$000 (Dez mil réis) para abrir uma sepultura no Cemitério Eclesiástico; do padre Celso Pinheiro para

que pudesse acompanhar o funeral com os ritos canônicos, o qual pediu a esmola de 55\$000 (cinquenta e cinco mil reais); e por fim contratou Napoleão Antero da Costa ao preço de 126\$500 (cento e vinte e seis mil e quinhentos réis) para a fabricação de um caixão fúnebre e taxa da Fábrica do Cemitério (espécie de conselho administrativo).

Passou ainda na “*Typografia de O Piumhy*” (sic) onde encomendou a Ovídio Arantes a impressão de duzentos convites de enterro ao preço de 4\$000 (quatro mil réis) e na Cassa Palhares e Pimentel onde adquiriu ao custo de 78\$550 (Setenta e oito mil quinhentos e cinquenta e cinco réis): um par de botinas para calçar o defunto; uma arroba e meia de cera em velas (aproximadamente 22,5 Kg); um colarinho e 4 quilos de tecido preto. A loja era uma sociedade de José Palhares e Antônio Pimentel, qualificada como “Grande Casa Commercial” (sic) e como o “1º Barateiro”, possuindo “*grande sortimento de armarinho, modas, fazendas, ferragens, etc.*” e possuía “*especialidade em artigos para lavoura e montaria*”. Os comerciantes se intitulavam “Negociantes e Intermediários”, possuidores de depósito de: “*Sal, arame, Kerosene, ferro em barra, farinha de trigo, vinhos em barris, arreios, etc.*” (sic).

ÚLTIMAS HOMENAGENS

O corpo só era colocado no caixão no momento do cortejo do enterro -- um privilégio para ricos, maioria era transportada em “banguês” (lençol, cujas pontas eram amarradas em uma trava de madeira para facilitar o transporte). O cortejo era puxado por uma cruz, organizado em duas fileiras e sempre acompanhado pelo padre contratado. A

procissão conduzindo o defunto passava na Igreja Matriz, onde se celebrava missas de corpo presente e daí partia-se adotando a mesma organização para o cemitério.

O funeral do Zé Italiano importou o valor de 274\$050 (duzentos e setenta e quatro mil e cinquenta réis), os quais foram pagos pelo Capitão Amâncio e posteriormente ressarcidos no inventário.

A viúva do Zé Italiano, Maria Ignês Cassini, faleceu em 18 de fevereiro de 1915. Não se registrou a causa da morte e seu funeral também foi preparado pelo Capitão Amâncio Cassini. As despesas farmacêuticas somaram 45\$600 (quarenta e cinco mil e seiscentos réis). As despesas fúnebres somaram uma monta um pouco mais alta: 320\$700 (trezentos e vinte mil e setecentos réis). Curiosas foram as compras efetuadas em Palhares e Pimentel: dez velas de cera, uma caixa de velas; setenta centímetros de renda preta; 5 metros de cetim azul; um par de botinas de pelica e um metro de gorgorão preto (tecido encorpado de seda, com relevos formando finos cordões). Compraram também na loja de Plácido Soares Ferreira, onde se gastaram 16 mil réis, sem discriminação dos itens adquiridos.

Nos funerais desta época era comum também a contratação de banda de música, o que foi dispensado no de João Ernesto Cassini, mas não no de Dona Maria Ignês. A Banda de Alfredo Florêncio Rodrigues foi contratada para tocar na cerimônia, missa e cortejo ao preço de 50 mil réis. Não é de se estranhar que aquele povo realmente respeitava a morte como um ato solene, digno de festa que se desenrolava em meio aos chorosos parentes do falecido.

O comerciante pacifista que legou uma fortuna à caridade

ARQUIVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O personagem desta semana, Mizael Júlio Ferreira, era filho de Joaquim Júlio Ferreira e Anna Marianna da Conceição. Nasceu em Piumhi no ano de 1850 e foi batizado “subconditione”, em 20 de maio de 1850, na Matriz de Nossa Senhora do Livramento, pelo padre José Florêncio Rodrigues. Seus padrinhos foram Manoel Júlio Ribeiro e Maria Francisca de Jesus. Os batizados realizados “sob condição” ocorriam em duas situações: quando havia dúvida se a criança realmente tinha sido batizada (órfãos, por exemplo) ou quando a criança nascia em grave risco de saúde, sendo batizada em casa pelos pais ou parentes na iminência da morte. “Escapando” ela era levada ao padre que lhe conferia a unção dos “Santos Óleos” e confirmava o batismo. Pelo que parece a segunda hipótese se amolda ao caso em análise.

Mizael cresceu no eixo Piumhi--Pimenta. Casou-se aos 24 anos de idade, com Sabina Júlia de Oliveira na Matriz de Pimenta em 30 de junho de 1874, na presença do padre Manoel Martins Ferraz e das testemunhas tenente-coronel José Gonçalves de Oliveira Vilela e do alferes João Elias de Oliveira. A nubente era natural de Piumhi e filha de José Antônio de Araújo e de Thereza Júlia de Oliveira.

A mãe de Mizael já era falecida na ocasião de seu casamento. Dona Anna Mariana morreu aos 30 anos de idade em 08 de maio de 1863. Após a viuvez, Joaquim se casou novamente com Iria Albina de Oliveira. Dona Iria também morreu aos 30 anos de idade em 8 de março de 1866, isto é, o casamento durou menos de um ano.

Mizael foi definido pelo redator do Alto S. Francisco na época de sua morte como um “homem de boas qualidades pessoais, exerceu, durante sua vida, diversas atividades. Cordato e inteligente era sempre chamado a dirimir diferenças entre as pessoas desavindas de modo que era muito estimado por todos”.

ENGAJAMENTO SOCIAL

Em 1901 tomou assento na fundação da Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) em Piumhi, entidade idealizada por Cândido Prado a fim de socorrer os pobres e necessitados de nossa sociedade. Tornou-se grande benfeitor dessa entidade ao doar o terreno onde se edificaria o Asilo de São Vicente (na rua São Vicente), o qual prestou “relevantes serviços aos pobres desamparados da cidade”. A doação do terreno que constava de mil e duzentos metros quadrados foi feita 19 de outubro de 1922. Constatou-se na escritura

a seguinte cláusula: “Para nele ser feito um azylo de pobres” (sic). Ovídio Arantes de Melo explica ainda no livro História dos Vicentinos em Piumhi que Mizael também teria “reservado o direito, de um dia se precisar, um quartinho nesse Asilo”. Depois de construído o asilo tinha 20 metros de frente por 8 metros de fundos, divididos em 8 quartos. O asilo serviu aos pobres até maio de 1947, quando foi demolido e substituído pela Vila Vicentina.

Seis anos mais tarde, isto é, em 1907, integrou juntamente com Dr. Avelino de Queiroz e outros companheiros um eminente grupo que idealizou e concretizou a criação do Hospital de Misericórdia de Piumhi, hoje Santa Casa de Misericórdia.

Foi nomeado pelo Governo Federal por decreto de 28 de junho de 1898 para o cargo de Capitão-Ajudante da 43ª Brigada de Infantaria da Guarda Nacional. A nomeação foi publicada Diário Oficial da União no dia 2 de Julho de 1898 e três dias depois publicada novamente no Diário de Minas Gerais.

Em 1899 abriu a firma comercial “Mizael Júlio Ferreira & Companhia”, especializada no comércio de fazendas, ferragens e armarinhos dentre outros produtos, localizada na cidade de Piumhi.

ÚLTIMA VONTADE

No dia 26 de março do ano de 1904 compareceu ao Cartório do 1º Ofício e afirmou que “de sua própria e livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma” fazia o seu testamento. Explicou que era casado com Sabina Júlia de Oliveira, pela lei anterior a instituição do casamento civil, isto é, “em face da Igreja Católica Apostólica Romana” (sic). Afirmou não ter tido filhos legítimos ou naturais, que seus pais eram falecidos e que “portanto não tem herdeiros necessários”. Pelo fato de sua sogra ser viva à época do testamento o casal deixou de “fazer o testamento de mão comum com sua mulher”. Declarou que toda a sua meação deveria ficar “pertencendo a uma casa de caridade que tenha de se fazer nesta Cidade e esse mesmo remanescente será arrecadado por uma mesa ou irmandade constituída legalmente na forma das leis que segue semelhante constituição”. Depois de dar mais algumas orientações encerra o testamento afirmando “ficando assim a sua disposição determinada sem que pessoa alguma possa reclamar a sua última vontade”.

No dia 22 de agosto de 1917 “reformou o testamento”. Alterou a disposição legatária determinado que de sua meação fossem pagas as dívidas e



Mizael Júlio Ferreira morto em 1929

as despesas e que instituía por seus herdeiros “dos bens que deixar líquido, em três partes iguais, uma para Nossa Senhora do Livramento desta Cidade de Piumhi, para ser gasto na sua Matriz; outra para Casa de Misericórdia desta cidade e a outra para as irmãs delle testador D. Belmina Júlia de Oliveira, Maria da Conceição Júlia e Marianna Júlia de Oliveira, repartida a terceira parte com igualdade entre as três irmãs do testador”.

ALMA CARIDOSA

Mizael faleceu às 4 horas da manhã do dia 08 de novembro de 1929, em Piumhi em sua residência, sob a assistência médica do Dr. Vicente Soares Ferreira. A causa da morte foi esclerose cardiorrenal. Faleceu com 79 anos de idade, consta no registro de seu óbito que era fazendeiro, natural e residente neste distrito. O óbito foi declarado pelo afilhado do falecido José Júlio de Faria. Constatou ainda que era casado com Sabina Júlia de Oliveira e não deixou filhos. Deixou um testamento registrado no 1º Ofício desta Comarca e bens avaliados no valor aproximado de 15:000\$000 (quinze contos de réis), uma quantia considerável. O corpo foi sepultado no Cemitério Eclesiástico de Piumhi.

Dona Sabina faleceu nesta cidade em sua residência, às 3h30 no dia 28 de agosto de 1938, vítima de esclerose generalizada atestada pelo Dr. Oswaldo Soares Machado. Consta seu registro de óbito que vivia dos serviços domésticos, que possuía a idade aproximada de 80 anos, que era natural desta cidade, filha de José Antônio de Araújo e Thereza Júlia de Oliveira. Deixou herança avaliada em 4 contos de réis e testamento lavrado no Cartório do 1º Ofício, porém não localizado. Não deixou filhos e foi sepultada no Cemitério Municipal.

Mizael Júlio Ferreira foi uma das almas mais caridosas na Piumhi do século passado e recebe dos piumhienses de hoje pouco ou quase nenhum reconhecimento.

A aventura transatlântica do italiano Luigi Farinelli

(Parte I)

No Brasil a grande maioria desses imigrantes tornou-se colonos, servindo no lugar dos escravos alforriados e que não mais podiam trabalhar nas lavouras

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Farinelli é o sobrenome de outra família italiana que se estabeleceu em nossa cidade após a grande imigração europeia para o Brasil. A história de hoje teve início num lugar do Reino da Itália denominado Comacchio, localizado na Província de Ferrara. A comuna italiana, ainda hoje, mantém essa denominação, se localizando na região da Emília Romanha e conta com um contingente populacional de aproximadamente de 20 mil habitantes, divididos numa área de 283 km².

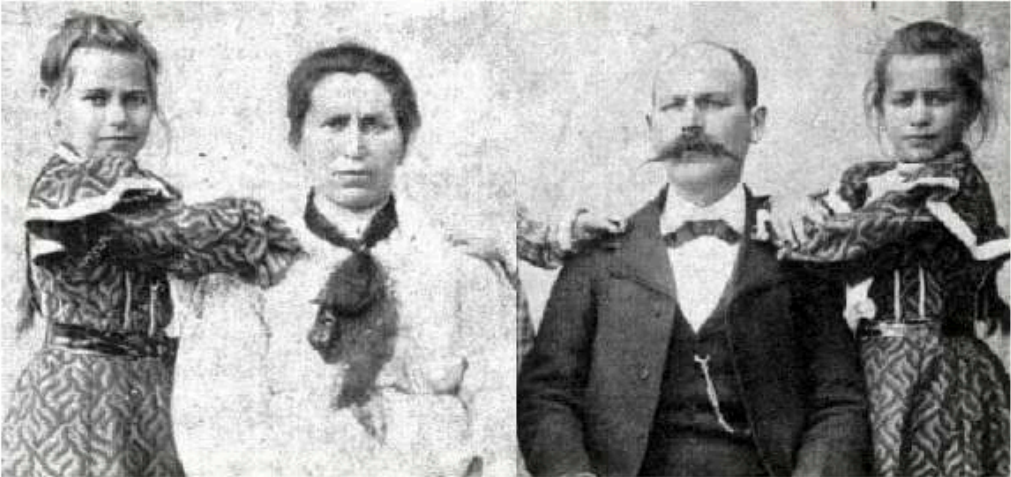
Por volta de 1865 Pietro Farinelli e Antônia Guidi se entregaram em matrimônio. Dentre os filhos deste casamento um que recebeu o nome de Luigi Farinelli, nascido no ano de 1868. Também na Itália nascia, em data incerta Mathilde Parmiani, filha de Antônio Parmiani e Águita Mezzogari.

Luigi e Mathilde passaram a infância em sua terra natal e ao adquirir certa idade se encontraram, apaixonaram e se casaram: iniciava com este casamento, realizado em solo italiano, a tradicional família Farinelli de Piumhi. O casal tinha muito amor e pouco dinheiro: a vida na Itália estava muito difícil o país havia terminado de passar por uma violenta guerra civil que havia culminado na sua unificação. Além disso, havia falta de trabalho devido ao excedente populacional e o autoritarismo político exterminava qualquer liberdade do indivíduo.

VERDADEIRO INFERNO

Em meio a esse emaranhado de incertezas criado pela situação de pobreza e miséria, Luigi e Mathilde tomaram uma decisão: “temos que buscar melhores ares”. Em 1896, já se contava aproximadamente um ano em que estavam casados e tinham ao colo uma criança recém-nascida de nome Thareza. A situação era cada vez pior. Assim, decidiram escolher um país, cujo clima e os costumes não destoassem muito dos italianos: optaram pela Argentina. Nessa época, a imigração italiana era muito incentivada tanto pelos governos latino-americanos quanto pelo italiano. Havia uma falsa propaganda de riqueza fácil que nunca era visualizada na prática.

Ao embarcar nada perceberam, mas algumas horas no mar chegaram a crer que toda aquela miséria vivida em solo italiano era melhor que os tormentos daquela viagem interminável. A ondulação do mar, alimentação precária e racionada, água doce escassa e o calor infernal transformaram a vida de milhares



Os patriarcas Mathilde e Luigi Farinelli e as duas filhas mais velhas do casal nascidas no Brasil Thereza e Antonieta; italianos em Piumhi

de italianos num verdadeiro inferno -- nesse contexto Mathilde não teve escolha: teve que sofrer os castigos dos constantes enjoos e vômitos.

Quando pensavam que o sofrimento e dor chegavam ao limite máximo, surgia outros agravantes: o leite materno que vertia dos seios de Mathilde para a pequena Thareza Farinelli secou e, rapidamente a menina enfraqueceu e quase desfalceu. A cada dia a criança piorava, e sempre que o patriarca procurava no navio algum recurso sempre ouviam a mesma resposta “não há nada que se pode fazer”. No desespero pediam a Deus que a criança não morresse antes de chegarem ao destino, pois não queriam que se fizessem com ela o que foi feito com tantos europeus e africanos que morriam durante a longa viagem: “quem morre no navio tem seu túmulo no fundo do mar”, vez que os italianos prezavam muito um sepultamento digno da fé cristã.

EM SOLO ARGENTINO

Uma viagem dessas durava um mês ou dependendo da situação até mais, mas pelos sofrimentos que esta família enfrentou devem ter tido a sensação de que durou longos anos. Ao ver a primogênita ainda pequenina e frágil naquele estado tão deplorável, ora rogavam a Deus pela saúde da menina, ora se culpavam temendo ser um castigo de Deus por ter abandonado a Itália. Sofrendo o risco de perder lentamente a filhinha na viagem, ainda tinham que pensar no que fazer para conquistar o pão de cada dia quando chegasse na nova terra.

Para complicar mais ainda a situação dos tripulantes, a velha embarcação sofre uma rachadura no casco, ocasião em que os navegantes passaram a correr grave risco de perecimento: improvisaram colchões de palha e fibras para impedir o que o navio enchesse de água e se sucumbisse na imensidão do Atlântico. Graças aos esforços, o transatlântico conseguiu alcançar o objeti-

vo: a Argentina. Todavia, a família não se adaptou nesse país e ouvindo opinião de compatriotas que foram para o Brasil, decidiram imigrar para o maior país da América do Sul.

Ao desembarcar em solo argentino, nossos heróis sentiram o peso da proposta enganosa da qual foram vítimas: foram encaminhadas a uma espécie de albergue onde ficariam até se ajeitarem profissionalmente. O mesmo acontecia com os imigrantes que desembarcavam no Brasil. Porém, ninguém lhes havia dito é que esse albergue era pago a preço de ouro, cobrado de quem não tinha nada a oferecer senão a força do trabalho. Essas imposições fizeram com que muitos italianos recusassem os contratos com esses abrigos.

DE SONHO A PESADELO

No Brasil a grande maioria desses imigrantes tornou-se colonos, servindo no lugar dos escravos alforriados e que não mais podiam trabalhar nas lavouras em virtude do preconceito que afirmava “que os ex-escravos não eram inclinados para o serviço” - uma imensa incoerência, pois quando escravos tinha a referida inclinação: mera questão de conveniência.

Na maioria das vezes os italianos tinham que trabalhar por longos períodos gratuitamente a fim de pagar suas despesas de viagens, as quais não lhe disseram que seriam cobradas. A terra prometida ficou apenas no sonho. Quem tinha conhecimento de alguma prática ou profissão teve sorte melhor: se libertaram mais rapidamente do colonato -- foi esse o caso de Luigi que conhecia muito bem a arte da construção.

Em solo firme as coisas começaram a melhorar: a pequena Thareza foi medicada, mas diagnosticada com graves problemas cardíacos e não se levou muito tempo para que a pequenina se encontrasse com a morte.

Na próxima edição conheceremos o destino da família Farinelli em solo brasileiro.

A aventura transatlântica de Luigi Farinelli e Mathilde

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ÁLBUM DO AUTOR

(PARTE II)

Na semana passada tivemos a oportunidade de cruzar o Oceano Atlântico com Luigi e Mathilde Farinelli visualizando as dificuldades encontradas na longa viagem. Ao chegar ao Brasil a família se fixou em Juiz de Fora, cidade onde Luigi apresentou aos brasileiros a sua habilidade na arte da construção. Nesse momento a maior dificuldade era conquistar o sustento, pagar o aluguel e aprender a se comunicar com um povo que falava uma língua muito diferente da sua.

A perda da pequena filha marcou duramente a vida do casal, mas era necessário dar continuidade à vida. E para vê-la seguir o seu curso decidiram abandonar aquela terra que tanta tristeza e mágoa causavam-lhes. De imigrantes transformaram-se em migrantes numa terra estranha a procura de um lugar que lhes acolhesse com dignidade e que ainda por mais impossível que parecesse resgatasse a felicidade e alegria de viver daquele casal.

Permaneceram em Juiz de Fora por pouco tempo, migrando para Lavras e daí para Lavras do Funil (atual Ribeirão Vermelho), onde permaneceram por um tempo maior. Nesta última cidade, Luigi foi transformado pela população em Luís e pôde colocar em prática seus dons de pedreiro. Lentamente foram reencontrando a alegria de viver. Para coroar essa felicidade nasce uma criança que viria trazer o sorriso ao rosto dos sofridos pais. A menina foi batizada com o nome de Antonieta Farinelli, nascida no ano de 1896 (a qual futuramente se casaria com Horácio Albertini, outro italiano de Roma).

RUMO A PIUMHI

A estabilidade nessa cidade fez com que o casal não demorasse muito ter sua terceira filha, a qual foi batizada com o mesmo nome da primeira, aquela falecida após chegarem ao Brasil. A saudade da Itália que a essa altura já era grande também influenciou Luís e Mathilde, que na época ainda falavam um dialeto misto de português e italiano, registrassem a menina com o nome de Thareza Farinelli. A menina nasceu em 1897 foi batizada na Igreja Matriz, tendo como padrinho Umberto Sansoni, outro italiano que era amigo da família e do qual se diziam informalmente ser irmão ilegítimo de Luigi.

Muitas vezes ocorriam momentos de crise financeira decorrente da falta de trabalho ou pelos cuidados médicos que eram necessitados pela nova Thareza que também possuía problemas cardíacos. Em 1900, a dificuldade bateu novamente à porta do casal, fato que os motivou na decisão de mudarem novamente, mas dessa vez escolheram como destino a Piumhi, cidade que aprenderam a amar e onde permaneceria boa parte de suas vidas.

CIDADÃO PROBO

A nova Thareza morreria em Piumhi, no dia 10 de maio de 1919, aos 22 anos de idade, quan-



Os patriarcas da família Farinelli em Piumhi Luigi e Mathilde Parmiani ladeado dos filhos Antonieta, Itália, Thareza e Pedro (à frente)

do se preparava para o casamento. A causa da morte insuficiência aórtica agravada por uma angina pectoris severa. Sua história constrói um capítulo à parte. Em Piumhi Luís se dedicou à construção civil: deixando marcas que até hoje podem ser vistas como o sobrado do tabelião Ovídio Arantes na praça Dr. Avelino de Queiroz. Aqui parece que a família se sentiu em casa, pois em meio a tantos brasileiros nossa cidade havia se transformado num pequeno reduto de italianos. Aos poucos iam se familiarizando com o português, mas sem perder a sua identidade original. Luís foi se tornando conhecido e respeitado profissionalmente. O redator do **ALTO**, na ocasião da sua morte, registrou através das palavras que ele era um “construtor acreditadíssimo pelos conhecimentos de architectura” e o descreveu: “se revelou o amigo leal, o esposo modelo, pae amantíssimo, o cidadão probo, se impondo pelas virtudes da su’alma nobre, à admiração do povo piumhyense” (sic / Alto S. Francisco, Edição nº 329 de 10/06/1928).

FAMÍLIA CRESCE

Aqui em Piumhi consolidou a formação de sua família, tendo mais dez filhos:

1) Pedro Farinelli, nascido em 15 de março de 1902 e falecido com 6 meses em 07 de setembro de 1902 (teve como padrinhos Ticiano Garibaldi e Caetana Sansoni); 2) As gêmeas Marietta e Esmeralda Farinelli, nascidas em 9 de fevereiro de 1903 e falecidas respectivamente em 28 de abril de 1903 e 25 de agosto de 1904; 3) Pedro Farinelli, nascido em 21 de abril de 1904 (teve como padrinhos Francisco Carrato e Francisca Rosa de Oliveira), casado em 21 de abril de 1927 com Noêmia Alvarenga; 4) Itália Farinelli, nascida no dia 26 de abril de 1907 (tendo como padrinhos Amâncio Cassini e Melvira Alves Cassini), casou-se em 01 de agosto de 1926 com Antônio Pontara, brasileiro filho de italiano e natural de Carmo do Rio Claro; 5) Parisina Farinelli, nascida no dia 12 de setembro de 1910 (tendo como padrinhos Antônio Agresta e Sophia Carrato), casou-se em 24 de janeiro de 1936 com Jefferson Gomes Teixeira; 6) Luís Farinelli

Filho, nascido 25 de agosto de 1911, casou em 30 de janeiro de 1937 com Mariana Nogueira; 7) Águida Farinelli, nascida em 24 de agosto de 1913, morreu solteira; 8) Ophélia Farinelli, nascida em 25 de novembro de 1915 (tendo como padrinhos Horácio Albertini e Antonieta Farinelli), morreu solteira em Belo Horizonte no dia 19 de janeiro de 2016; 9) Ione Farinelli, nascida no dia 14 de dezembro de 1919 (tendo como padrinhos Pedro Farinelli e Thareza Farinelli), casou-se em 17 de dezembro de 1939 com Ubirajara Lima.

Note-se que os patriarcas da família Farinelli sempre buscava entregar seus filhos a padrinhos ligados à Itália. O mesmo ocorreu em alguns dos casamentos, o que denotava uma tentativa de manter a pureza da raça europeia impedindo a miscigenação racial, que era muito comum no Brasil.

A MORTE AOS 60

Depois de passar alguns meses enfermo e preso ao leito, Luís Farinelli faleceu em Piumhi às 4 horas da tarde de 8 de junho de 1928, ocasião em que contava com 60 anos de idade, dos quais 32 como “brasiliiano”, tendo como causa morte cardiopatia e cirrose hepática. Não registrou testamento, mas deixou duas casas avaliadas em cinco contos de réis. O corpo foi sepultado no Cemitério Eclesiástico às 14 horas do dia seguinte, ocasião em que “foi a evidência da estima em que era tido. Compareceu e acompanhou seu corpo ao cemitério grande número de pessoas gradas” (sic / Alto S. Francisco, Edição nº 329 de 10/06/1928).

Na década de 1940 os restos mortais do velho italiano e de sua filha Thareza foram trasladados para o Cemitério da Saudade. Depois da morte do patriarca Mathilde Parmiani e suas duas filhas Águida e Ophélia mudaram-se para Belo Horizonte, onde a matriarca da família faleceu aos 20 de agosto de 1962. Em homenagem a Luís Farinelli há uma rua com seu nome no bairro Nova Piumhi, resultante da lei nº 792 de 31 de dezembro de 1980, sancionada pelo então prefeito municipal Álvaro Moreira da Silva.

Fale com autor: professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. A aventura transatlântica de Luigi Farinelli e Mathilde (Parte II).

Alto S. Francisco. Piumhi, ano 96, 30 jul, 2017. Memória Piumhiense, p. 2.

Quem foi Tenente Freitas? Desvendando um mistério

‘O prefeito municipal Dr. João Alberto comunicou todos os piumhienses que se fez “rezar ontem, na Matriz local, missa por alma dos três oficiais mineiros mortos na revolução”

As ruas e logradouros de Piumhi têm recebido nomes que prestam valorosas reverências a muitas autoridades nacionais, regionais e da própria cidade. Essas homenagens são de grande importância, pois eternizam o personagem agraciado e impedem que sua memória caia no esquecimento. A competência para a escolha do nome é da Câmara Municipal que a faz por meio de uma lei. Ocorre que muitas dessas homenagens foram feitas há muito tempo. Hoje deparamos com algumas personalidades que não sabemos de quem se trata. Um exemplo desse fato é o Tenente Freitas -- nome que batiza uma rua que corta pelo menos três bairros.

Questões como: quem foi Tenente Freitas, por quê fez jus a esta homenagem e quando isto teria ocorrido, foram pontos de partida para a realização da investigação que desvendaria quem seria esse misterioso personagem. Logo no início da pesquisa notou-se um grau elevado de dificuldade do empreendimento: até as pessoas de mais idade desconheciam o protagonista de nossa história. Depois de inúmeras tentativas frustradas, ouvi apenas de Zé Guimarães a única informação: “sei que o Tenente Freitas não era de Piumhi”. A dificuldade aumentou pela informação dada, mas era um caminho.

O sobrenome é comum em Piumhi: no bairro Vila Nova há uma rua chamada João de Freitas, homenagem a um antigo delegado de Polícia, outra no Jardim Santo Antônio Maíco de Freitas e uma outra no bairro Nova Esperança chamada José Flamiano (de Freitas). Este foi um importante líder político nos tempos do início do regime republicano (Presidiu a Câmara Municipal de Piumhi entre os anos de 1908 a 1911) e era Tenente da Guarda Nacional -- motivo pelo qual chegou-se a aventar que tivesse ocorrido uma dupla homenagem a este último, mas algo dizia que este pensamento estava equivocado.

DELEGADO EM PIUMHI

De fato, depois de muitas pesquisas o mistério foi enfim desvendado: a designação do nome Tenente Freitas foi uma homenagem realizada ao tenente João Luiz de Freitas. Muito pouco se sabe sobre ele, mas conseguiu-se apurar que era “de cor parda, com quarenta e cinco anos presumíveis, segundo-tenente do 2º Batalhão da Força Pública de Minas Gerais” -- conforme consta o seu registro de óbito lavrado no Cartório de Passa Quatro (MG). Os demais quesitos como filiação, naturalidade, estado civil não foram registrados por serem ignorados pelo declarante Antônio Bento, português e funcionário da Prefeitura daquela cidade. Consta ainda que o falecido o Tenente Freitas faleceu “*em combate*” e que a morte ocorreu “*no lugar denominado Túnel, deste Município de Passa Quatro*”.

Sua ligação com Piumhi iniciou nos fins da década de 1920, quando foi nomeado Delegado de Polícia Especial de Piumhi, cargo que ocupou por pouco tempo. Nesse curto intervalo conquistou amizades e também atritos em virtude de sua ingrata profissão. Pouco tempo depois estoura em São Paulo a chamada “Revolução Constitucionalista” -- motim pelo qual os paulistas pretendiam apoio de outros estados para derrubar a ditadura de Getúlio Vargas invocando a nomeação de um Interventor que fosse paulista (atual cargo de governador de Estado), a elaboração de uma constituição e eleições presidenciais. Na verdade, os paulistas pretendiam utilizar a revolta idealizada por eles como um antídoto contra a revolução de 1930 que levou Vargas ao poder sem vencer as eleições.

TÚNEL DA DISCÓRDIA

Ao contrário do que esperavam os paulistas, Minas Gerais, na época governada por Olegário Maciel, alinhada aos pensamentos políticos de Vargas, não apoiou a contrarrevolução chamada de constitucionalista. Na verdade, os paulistas receberam um modesto apoio de Mato Grosso. Maciel convocou os prefeitos, que haviam sido nomeados diretamente por ele, para arregimentar voluntários em suas cidades para engrossar o exército nacional e conter o avanço dos paulistas sobre os outros estados e principalmente sobre o Rio de Janeiro, então Capital Federal. Motivada pelo prefeito João Alberto da Fonseca, Piumhi não se furtou ao seu dever e em fins de julho de 1932 já havia enviado o seu “*primeiro contingente de voluntários*” - lamentável desconhecermos os nomes desses valentes combatentes.

A contrarrevolução dos paulistas transformou-se numa verdadeira guerra civil que se arrastou por três longos meses. Um dos palcos de batalha desse conflito foi a região chamada de “Túnel da Mantiqueira”, na divisa entre os estados de Minas (cidade de Passa Quatro) e São Paulo (cidade de Cruzeiro). Mediante a essa confusão, o experiente tenente João Luiz de Freitas foi chamado à frente de batalha para defesa da ordem Varguista preservando o solo mineiro.

No *front* da Mantiqueira, dia 31 de julho de 1932, o tenente Anastácio Rodrigues Moura preparou para lançar uma granada de mão numa trincheira de paulistas localizada a trinta metros de distância de onde estavam, mas nesse momento os inimigos mandaram uma rajada de balas de fuzil que o impediu de lançar o artefato e, agachado permaneceu à espera do momento oportuno, mas não houve tempo: a explosão foi inevitável. Além da mão e da vida do tenente Anastácio, junto com a explo-



Soldados fazem guarda no túnel da Mantiqueira na divisa de Minas com São Paulo palco dos mais célebres combates da Revolução Constitucionalista de 1932 e onde teria morrido o Tenente Freitas

são vários estilhaços partiram em várias direções ferindo outros soldados e ceifando também a vida do tenente João Luiz de Freitas, que com os feridos compartilhavam do mesmo abrigo detonado pela explosão (1932: O Túnel da Discórdia de Celso Luiz Pinho). O tenente Fulgêncio teve o corpo embalsamado e enviado para Belo Horizonte onde foi enterrado, já o tenente João Luiz de Freitas e o tenente Anastácio foram sepultados em Passa Quatro.

‘HERÓICOS OFICIAIS’

No ALTO de 8 de agosto de 1932 o prefeito municipal Dr. João Alberto comunicou todos os piumhienses que se fez “*rezar ontem, na Matriz local, missa por alma dos três oficiais mineiros mortos na revolução*”. Adiante reproduziu o convite que foi espalhado pela cidade homenageando a Força Pública Mineira no qual se lia “*uma Missa pelo eterno descanso dos heroicos Oficiais Mineiros Coronel Fulgêncio de Souza Santos, Tenente João Luiz de Freitas, ex-delegado especial deste município, Tenente Anastácio Rodrigues de Moura, vítimas da sua intransigência no cumprimento de seus deveres. Peço, pois, o comparecimento das pessoas piedosas a essa demonstração do nosso civismo, antecipando-lhes o mais sincero agradecimento. Piumhi, 5 de agosto de 1932*”. O tenente Fulgêncio morreu no mesmo dia, mas não em decorrência da explosão, sim em virtude de ter recebido um tiro disparado pelos paulistas.

No período do Governo Provisório (1930 a 1934) não havia Poder Judiciário, uma vez que junto com a Constituição de 1891 as Casas Legislativas foram extintas (Câmara dos Deputados, Senado Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais). As leis eram editadas pelo presidente da República no âmbito federal, pelos interventores no estadual e pelos prefeitos no municipal através de decretos. A ditadura dava aos governantes um amplo poder de legislar da forma que quisessem, porém, o decreto deveria ser motivado, isto é, justificado.

Agindo dessa forma, Dr. João Alberto, através do decreto nº 49 de 1932 justificando o ato através das palavras “*Considerando que o Ten. João Luiz de Freitas, ex-delegado desta cidade, cumprindo com seus deveres tombou no campo da luta*” e que “*o mesmo prestou com a sua melhor boa vontade eficiente colaboração ao governo do município tomando-se credor do agradecimento e estima de quantos conhecem o seu trabalho em defesa da ordem, DECRETA: Artigo 1º Fica dada a denominação de “Tenente Freitas” à rua, que nesta cidade, parte da Modesto Caldeira e Vai à Rua do Andaime. Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário. Piumhi, 7 de Setembro de 1932. João Alberto da Fonseca*” (ALTO de 25 de setembro de 1932).

Cumpra esclarecer que a antiga Rua Modesto Caldeira era a atual rua Santo Antônio e a rua do Andaime é a atual rua Doze de Outubro que na época, além do que é hoje, prolongava um pouco mais sobre a atual rua Tereza Hostalácio e que o decreto assinado pelo prefeito marcou uma justa homenagem que persiste até os dias de hoje. Na cidade de Juiz de Fora também há uma Rua com a denominação “Rua Tenente João Luiz de Freitas”.

Quanto ao conflito os paulistas se dizem vitoriosos, pois com razão conseguiram a nomeação do interventor daquele Estado, a Constituição, mas se viram obrigados a aguentar Vargas no comando do país por mais 11 anos. Equacionando a questão diga-se que deu “empate técnico” entre as partes confrontantes.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Quem foi Tenente Freitas? Desvendando um mistério: ‘o prefeito municipal Dr. João Alberto comunicou todos os piumhienses que se fez “rezar ontem, na Matriz local, missa por alma dos três oficiais mineiros mortos na revolução”’. **Alto S. Francisco**, Piumhi, ano 96, 6 ago. 2017. Memória Piumhiense, p. 2.

De tropeiro e ferreiro de tenda à oficial de justiça

‘Fazendo parte do Fórum local, só deixou os seus afazeres no dia em que a enfermidade que agora o vitimou o reteve em leito’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Caetité, topônimo originário do tupi guarani que designa “*pedra verdadeira da mata*”, é um antigo município do Estado da Bahia. Elevado à categoria de cidade em 1867, um ano antes de Piumhi, hoje conta com uma população superior a 50 mil habitantes. Incrustada na porção Centro-Sul do rincão baiano, esta cidade é dona da única jazida de urânio da América Latina e deve sua economia à pecuária, mineração, indústria têxtil e cerâmica, se destacando como polo regional. Foi nesse pedacinho da Bahia, mais precisamente, no Distrito de Beija-Flor (atualmente a cidade de Guanambi), que veio ao mundo o personagem central deste texto: Ludgero da Costa Lima.

Do casamento de Luiz Rodrigues da Costa e Thereza da Costa Lima, nasceu, possivelmente em 1850, um dos filhos do casal batizado com o nome de Ludgero da Costa Lima. Passou sua infância na companhia dos pais, na terra natal e quando deixou a “*idade das calças curtas*”, como se dizia, quando se chegava à juventude, percebeu que se quisesse continuar no sertão teria que enfrentar as condições que a aridez lhe proporcionava. Sem outra opção tornou-se “*condutor de tropas*” e, aos poucos, parecia ter descoberto a sua vocação profissional: tornou-se um dos tropeiros mais procurados pelos comerciantes para conduzir animais.

‘O LADRÃO TOMBOU’

As viagens eram longas, o que obrigava que a comitiva parasse em alguns pontos para descansar e pernoitar. Era muito comum que nessas paradas o comboio fosse assaltado e vítima de roubos. Adil Rainier Alves e Sinval Alves de Melo explicam no livro “*Capitólio Prosa e Verso*” que Ludgero ao fazer uma dessas viagens se viu obrigado a parar em um ponto tido como perigoso do percurso, mas como já estava escurecendo não lhe restava outra opção. O intervalo era uma festa: comiam, bebiam cantavam, contavam casos e, nesse dia, como que por acaso do destino, um dos integrantes da comitiva pediu que Ludgero consertasse uma pequena garrucha e após repará-la, guardou-a no bolso do paletó a fim de testá-la em momento oportuno e foram dormir.

No outro dia, ao levantar notou a falta de uma dúzia de burros (animal caro, pois era essencial ao transporte naquela época) ao olhar pelas redondezas avistou os animais sendo conduzido pelo ladrão. Agarrou um facão, montou em seu cavalo e se mandou atrás do criminoso, que parecia aguardar a perseguição, pois já mantinha o laço na cabeça do cabresto pronto para atirá-lo em direção do perseguidor, caso houvesse. Assim, ao perceber que estava sendo seguido, o ladrão tentou conter Ludgero, mas com destreza este escapou da laçada utilizando-se de seu facão. Pularam ao chão e começaram a lutar, cada um com seu facão e quando “*já cansados, Ludgero percebeu que o ladrão havia jogado a arma para a outra mão. Como não esgrimia com a mão canhota sentiu-se perdido*

e, caindo ao chão, lembrou-se da garruchinha que trazia no paletó, sacou-a e atirou. O ladrão tombou...” (Capitólio: Prosa e Verso). Ludgero voltou com os 12 animais e terminou a viagem. Houve uma morte que nunca foi apurada criminalmente, mas que certamente resultaria em legítima defesa, pois a questão era matar ou morrer, Ludgero simplesmente escolheu a primeira opção.

FUGA DE VINGANÇA

Aquela batalha foi ganha, mas havia temor de vingança e como não se sabia quem era o mandatário do assalto o medo pairava na mente de Ludgero - ciente que os coronéis baianos eram maus e vingativos. Viver naquele mar de inseguranças e medo não era o que Ludgero queria: decidiu que ele e sua esposa Thereza da Costa Pereira deveriam partir daquelas bandas. Thereza nasceu em Caetité no ano de 1865 e era filha de Paulo Pereira e Anna Victória de Jesus. O fato fortuito foi decisivo para que aquela família deixasse a terra natal e tentasse a vida no Sudeste do país, considerada, “*a terra da prosperidade*”. Acredita-se que o primeiro filho do casal seja Arlindo e que tenha nascido na Bahia.

Perambulando por várias cidades, fixaram entre os anos 1884/1886 na cidade de Três Pontas, onde nasceram os filhos do casal: Peterina e Benil da Costa Lima. Daí passaram por outras cidades até chegarem a Piumhi. Aqui foram bem recebidos e logo já demonstrou as suas habilidades como ferreiro: montou uma tenda e iniciou a produção de enxadas, facas, facões e assim começou a ganhar a vida. Logo a sociedade piumhiense e dos arredores percebeu a qualidade de seus produtos, vindo gente de longe para adquiri-los. Hoje após a quarta geração muitos familiares ainda preservam esta atividade, atualmente denominada de serralheria.

Longe do medo que lhe ameaçava, a família teve continuidade: além de Arlindo da Costa Lima nascido supostamente na Bahia em data incerta; Petrina da Costa Lima, nascida em Três pontas em 1895 e casada com Cialdino Cecílio da Costa em 30 de setembro de 1909 (ocasião em que ela tinha 14 anos de idade); e Benil da Costa Lima, nascido em Três Pontas em 1886 e casado com Rita da Costa em 13 de janeiro de 1910. O casal teve os filhos (todos nascidos em Piumhi): Eurípedes da Costa Lima, nascido em 1887, casado com Edith Judith da Costa em 16 de dezembro de 1908; Claudiomira da Costa Lima, nascida em 1889, desconhece se foi casada; Colatina da Costa Lima, nascida em 1891, casada com Vicente Soares de Paula em 8 de março de 1913; Clodoaldo da Costa Lima, nascido em 1894, casado com Geny Alves Arantes em 23 de março de 1913; Flaudonésia, nascida em 1897, casada com Balbino José de Carvalho em 14 de janeiro de 1920 e; Asterina da Costa Lima, nascida em 1898, casada com Almerindo Leite de Mello em 5 de maio de 1915.

‘AMOR AO TRABALHO’

Ludgero, certamente, só não teve mais filhos em virtude do falecimento precoce de Thereza da



Baiano de berço e radicado em Piumhi, Ludgero, falecido em 1938

Costa Pereira, ocorrido aos 19 de janeiro de 1902, quando contava com seus 37 anos de idade, sendo “*morte natural e ignorada a causa*”. O corpo foi sepultado no cemitério eclesiástico de Piumhi.

Em menos de um ano após a viuvez, casou-se novamente em 4 de outubro de 1902 com Joaquina Augusta de Oliveira, que na ocasião contava com seus 31 anos de idade. Ela era natural da cidade de São Joaquim da Serra Negra (atual cidade de Alterosa) e filha de José de Oliveira Neves e Anna Jacintha de Jesus e era viúva de João Hermétrio de Freitas. O enlace não gerou descendência.

Munido de grande inteligência, conseguiu tornar-se Oficial de Justiça servindo por muitos anos no Fórum de Piumhi onde era muito estimado por todos pelo carisma e desvelo com que pautava seu trabalho.

Ludgero faleceu em sua residência na praça Vigário José Florêncio (atual Guia Lopes), em 9 de setembro de 1938, tendo como causa morte “*velhice assistólica*” (insuficiência das contrações cardíacas), aos 88 anos de idade. O registro de óbito declarado por seu filho Eurípedes, consta que os pais de Ludgero foram nascidos e falecidos na Bahia. Conistou ainda uma relação de 7 filhos, o que nos leva pressupor que Petrina e Arlindo tenham falecido antes do pai. Deixou bens em herança avaliados no valor de dois contos e quinhentos mil réis e foi sepultado no Cemitério Municipal.

O redator do **ALTO** de 11 de setembro de 1938 descreveu a morte do velho Ludgero sem poupar adjetivos: “*Homem de vida honrada, educou toda sua família na escola da dignidade e até os últimos dias de sua vida foi a encarnação do amor ao trabalho. Fazendo parte do Fórum local, só deixou os seus afazeres no dia em que a enfermidade que agora o vitimou o reteve em leito*”.

Essa é a breve história de Ludgero da Costa Lima, ancestral desta tradicional família que possui importantes células na sociedade piumhiense. Em justíssima homenagem o prefeito municipal Álvaro Moreira da Silva sancionou a lei nº. 792 de 31 de dezembro de 1980 que batizou com o nome Ludgero da Costa Lima uma rua no bairro Nova Piumhi.

MELO, Luís Augusto Júnio. De tropeiro e ferreiro de tenda à oficial de justiça:

Ludgero da Costa Limia: 'fazendo parte do Fórum local, só deixou os seus afazeres no dia em que a enfermidade que agora o vitimou o reteve em leito'.

Alto S. Francisco. Piumhi, ano 96, 13 ago. 2017. Memória Piumhiense, p. 2.

O Milagre da Paz e a escolha da Santa Padroeira de Piumhi

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Na terça, 15 de agosto, celebrou-se a Festa de Nossa Senhora do Livramento, padroeira de Piumhi. Hoje faremos uma pequena reflexão sobre a escolha da santa protetora de nossa cidade.

O processo de colonização e povoamento de Piumhi obedeceu a dois ciclos: o primeiro iniciou-se em 1731 com as explorações de João Batista Maciel, pouco tempo depois quase extinto devido aos constantes ataques dos aquilombados; e após sua destruição os novos colonizadores voltaram a povoar a região por volta de 1750.

Nessa época, aportou no lugar, um número razoável de pessoas, compreendido como uma espécie de bandeirantes. Vinham eles desbravando o interior do Estado à procura de ouro e metais preciosos. Chegando ao córrego do Lavapés, onde passaram a noite e tomando conhecimento de suas margens, resolveram explorar o minério no lugar e nas serras adjacentes ao ribeirão. Trataram logo de obter a permissão necessária do sesmeiro (dono da propriedade) para continuar a exploração. Permissão esta, que segundo o professor João Machado, lhes foi concedida.

Instalaram-se às margens do Lavapés e lá construíram suas choupanas e ranchos cobertos de folhas de palmito e sapé. Deram início às minerações. A notícia se esparramou e foram aparecendo mais mineradores que aderiram ao grupo. Consta também que nessa época havia surgido no pequeno povoado um padre, Marcos Pires Correia, que, com licença de seu superior hierárquico, integrou-se também à mineração de ouro e pedras preciosas. Tendo notado uma boa perspectiva de exploração com ótimos resultados, estabeleceu-se também às margens do córrego.

O SANTO SACRIFÍCIO

Aproveitando da presença do sacerdote, quisera a população que esse lhes falasse a Missa. Muita dificuldade foi encontrada para a celebração dessa celebração, conforme registrou o Professor João Machado. *“No correr do ano de 1754, o referido padre Marcos Freire de Carvalho, que há muito tempo não usava sua ordens sacerdotais quanto à celebração do Santo Sacrifício da Missa, teve desejo de fazê-lo ou porque há muito tempo não fazia, ou por ser agradável com seus companheiros mineradores. Propôs, então, aos mineradores, que se mandassem vir os paramentos necessários, ele se propunha a celebrar, e, assim implorariam, com mais abundância, as bênçãos de Deus sobre seus trabalhos. Com grande alegria e geral satisfação, foi aceita a proposta e posto que as dificuldades fossem grandes seguiram alguns mineiros, 5 ou 6, a buscar os aviamentos”.*

A PRIMEIRA IGREJA MATRIZ...



... de Nossa Senhora do Livramento de Piumhi edificada em 1742 em terreno onde fica hoje o centro administrativo da Paróquia à praça Dr. Avelino de Queiroz

A povoação pertencia à Comarca do Rio das Mortes e Paróquia de São José Del Rei (Hoje Tiradentes, criada em 1724), e possuía uma distância, pela qual a comitiva percorreu, cerca de 100 léguas, aproximadamente 600 km. Hoje essa distância não passa de 350 quilômetros. Ocorre que, naquela, época não se tinham conhecimentos de todos os caminhos, além de terem que se desviar de obstáculos naturais como rios caudalosos, pântanos e outros. Apesar dessa longa distância, São José Del Rei era a mais próxima vila do povoamento e lá seria o objetivo daquela comitiva, que ia à busca dos aviamentos.

A PRIMEIRA CAPELA

Enquanto a comitiva partia, outra comissão de mineradores, sob o comando do padre, tratou de construir um altar, para que a missa pudesse ser celebrada. Considerando que o padre Marcos pudesse ficar muito tempo entre eles, ou que se ele se retirasse e que pudesse vir outro sacerdote, resolveram erguer uma capela, de acordo com suas condições: socaram umas grossas taipas de terra umedecida, para servir de paredes, as quais mediam 12 ou 13 palmos de altura (equivalente a 2,5 metros). O teto era de madeira coberta com folhas de palmitos. Estava construída a primeira capela de Piumhi. A única porta que a capela possuía era voltada para a nascente do córrego, em direção mais ou menos onde está localizado, hoje, o bairro Bela Vista (Antigo Morro do Marruás).

Concluída a capela e chegada a comissão trazendo os aviamentos, teve lugar a celebração da primeira Missa nesse planalto. Curiosamente esse fato se deu no dia 15 de agosto de 1754, isto é, dia da Assunção de Nossa Senhora.

Segundo a história dentre os pertences de um dos mineradores foi encontrada, pelo padre Marcos, uma pequena imagem de Nossa Senhora do Livramento, que foi levada e entronizada na capela, tornando-se padroeira do lugar. Segundo o sacristão de 1944,

João Machado, até a sua época esta imagem ainda se encontrava na Igreja Matriz de Piumhi. Por esse motivo a Nossa Senhora do Livramento deu nome à povoação e ainda tornou-se padroeira do local, como é até hoje.

O MILAGRE DA PAZ

A devoção à Nossa Senhora do Livramento tornou-se forte quando lhe atribui o milagre da Paz, haja vista uma disputa de conflitos de terras entre Capitão Luiz Antônio da Silva e José Alves Pereira. Entre os abastados fazendeiros até um duelo foi marcado para resolver a questão.

O dia do triste acontecimento era um domingo, todos os moradores do arraial estavam presentes ao redor da capela, quando a contenda foi resolvida, segundo relatos do professor João Machado: *“O povo, com fisionomia triste, aguardava o desfecho da questão, quando o padre Marcos, em tom de voz grave e imperioso fala aos contendores em nome de Deus e da religião aos dois e os conjura para não se matarem em duelo, porque, além de perderem suas vidas e terras, perderiam infalivelmente suas almas por toda a eternidade. Assim, aconselhava-os a terminarem a questão de modo honroso para ambos, dando o terreno litigioso para Patrimônio de N. S. do Livramento, pois que, ali, estava a sua capela, onde sua imagem já se achava entronizada, por isso era muito justo, que tal terreno pertencesse à mesma”.*

Toparam o acordo proposto pelo padre, o derrame de sangue foi evitado e a pendenga na divisa das fazendas desfeita com o repasse da área em disputa para a Igreja. O grande patrimônio de Nossa Senhora do Livramento, talvez tenha motivado o Bispo Diocesano a criar a Paróquia Nossa Senhora do Livramento em Piumhi em 1803, consagrando oficialmente essa terra a Nossa Senhora do Livramento.

Fale com o autor: professor-luismelo@gmail.com

Tamancas ou Capetinga: onde teria nascido o herói da ‘Retirada da Laguna’?

ALTO ARQUIVO



O casarão-sede da fazenda Tamancas; livro lança dúvidas sobre localidade do nascimento de Guia Lopes

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Em 27 de maio deste ano completou-se, sem qualquer comemoração, o sesquicentário da morte de José Francisco Lopes, aquele que foi o maior e mais importante herói no episódio da “Retirada da Laguna” na Guerra do Paraguai (1864/1870). Seus esforços resultaram no seu próprio sacrifício e no salvamento de inúmeros soldados brasileiros da morte pelo cólera e pelo beribéri.

Seus feitos fizeram com que ele recebesse do Visconde de Taunay vasta citação e descrição. Posto como homem de meia idade, calvo, de poucas palavras e profundo conhecedor das terras fronteiriças entre Brasil e Paraguai. Entrou na guerra motivado pelo ódio suscitado pela captura de membros de sua família pelos paraguaios. Saiu do conflito morto às portas de sua fazenda, a Estância do Jardim, mas deixou marcas que eternizaram a sua existência com o título de “Guia Lopes” consagrado pelo Exército Brasileiro.

Há muito, pensava como me foi ensinado, que o velho Guia teria nascido na Fazenda Tamancas, propriedade entre os atuais municípios de São Roque de Minas e Vargem Bonita -- daí segundo alguns a razão que transformaria, após a emancipação ocorrida em 1938, o distrito de São Roque no município de Guia Lopes -- uma interessante homenagem ao herói da Laguna e que serviu para reforçar a crença de que Lopes seria natural da Fazenda Tamancas.

BATISMO EM PIUMHI

A Paróquia Nossa Senhora do Livramento de Piumhi guarda no seu arquivo o assentamento de Batismo do “párvulo José” filho de Antônio Francisco Lopes e Teutônia Joaquina de Souza. Consta no registro que o herói nasceu no dia 26 de fevereiro de 1811, sendo bati-

zado no dia 7 de maio do mesmo ano pelo Vigário Vicente Ignácio da Silva na presença dos padrinhos Furriel Antônio Vicente Machado e Felícia Maria de Jesus. Registra ainda os avós paternos e maternos, mas não traz a localização precisa do nascimento, o qual teria ocorrido em qualquer parte do município de Piumhi, que naquela época abrangia além da sede, São Roque de Minas, Pimenta, Vargem Bonita, Doreópolis, Capitólio, Guapé e São João Batista do Glória.

Todavia o historiador depara com fontes diversas que muitas vezes parecem contrariar o que é óbvio. Foi nesse sentindo que deparei com duas fontes que apontam outra localidade como de nascimento do nosso herói. Não pretendo causar polêmica, mas suscitar uma dúvida a fim de que alguém possa apresentar solução para o impasse.

FAZENDA CAPETINGA?

A primeira fonte está no livro “Histórias da História Mineira” de Waldemar de Almeida Barbosa, publicado em 2008. O autor explica sua tese da seguinte forma “Quando, em 1938, o distrito de S. Roque foi desmembrado do município de Piuí, e elevado à categoria de cidade, recebeu o nome de Guia Lopes. Mais tarde, voltou a chamar-se São Roque de Minas. Por isso, muita gente pensa que aí nascera o Guia Lopes. Não. São Roque de Minas fica a Oeste de Piuí. E a fazenda dos pais de Guia Lopes, (Antônio Francisco Lopes e Teutônia Joaquina de Souza), onde nasceu o herói, ficava na parte oriental do município de Piuí, precisamente, onde, mais tarde surgiu o povoado de Senhora do Rosário da Estiva, que hoje é o município de Pimenta, também desmembrado de Piuí” (sic). O autor não citou o documento que lhe permitiu extrair essa conclusão, mas considerando que é um dos maiores clássicos da historiografia mineira e que

teve acesso aos mais importantes documentos da história de nosso Estado, não podemos desprezar a hipótese apresentada.

A outra fonte está nas anotações do historiador piumhiense José Cristóvão de Lima, Zé Beijinho, o qual legou as informações “Seus pais foram Antônio Francisco Lopes e Teutônia Joaquina de Souza que, na época do nascimento do Guia Lopes, residiam na Fazenda da Capetinga, situada entre as fazendas da Ponte Alta e S. Miguel e Almas”. O autor também não cita fontes que denotam a propriedade da fazenda Capetinga aos pais de Guia Lopes, todavia a informação vai de encontro à hipótese formulada por Almeida Barbosa.

LACUNA HISTÓRICA

Carente de documentos que equacione a questão prefiro não dar parecer a respeito, ressaltando que Guia Lopes tendo nascido tanto na Fazenda Tamancas quanto na Capetinga, não deixaria de ser piumhiense. Todavia, não posso deixar de ressaltar que as Paróquias de São Roque de São Roque de Minas e Nossa Senhora do Rosário de Pimenta são quase contemporâneas e diante de uma sorrateira análise dos livros de batismos e casamentos dessas paróquias constatei a incidência nula da conjugação “Francisco Lopes” na Paróquia de São Roque e várias incidências na paróquia de Pimenta - o que reforçaria a tese de Barbosa e Cristóvão de Lima - desde que provadas a ligação dessas famílias com Guia Lopes.

Buscamos esclarecer esse mistério que cerca o nascimento de Guia Lopes e caso alguém tenha alguma informação ou documento que nos ajude a sanar essa lacuna histórica estamos receptivos a saber o que de fato representa a verdade.

Fale com o autor: professor-luismelo@gmail.com

Ao todo, 68 voluntários deixaram a cidade e seguiram para o *front*



Guia Lopes (na montaria) comanda o exército brasileiro na célebre Retirada da Laguna; placa de bronze no monumento ao herói piumhiense da Guerra do Paraguai da praça Guia Lopes inaugurada em julho de 1968

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Não há dúvida de que a Guerra do Paraguai foi o conflito mais violento ocorrido nas Américas. Iniciado em 1864, o enfrentamento teria previsão de duração de poucos meses, mas se arrastou por longos seis anos. O Brasil declarou guerra ao Paraguai após o aprisionamento de um navio brasileiro no rio Paraguai associado à invasão da Província do Mato Grosso -- tratava-se de uma questão de defesa do território nacional.

Tão logo iniciado o combate, as tropas do exército imperial foram deslocadas para a região fronteiriça. No entanto, o contingente quantitativo militar era insuficiente para enfrentar o batalhão montado pelo ditador paraguaio. Segundo os estudiosos sobre o assunto, ainda que o Brasil tenha se aliado ao Uruguai e a Argentina, o exército paraguaio era quase três vezes superior à soma da força aliada (Paraguai: 60 mil homens; Brasil: 12 mil homens; Argentina 8 mil homens e Uruguai: 3 mil homens).

O recurso para sanar essa exponencial diferença foi o recrutamento de voluntários sob a promessa de terras para os livres e liberdade para os cativos. A Província de Minas Gerais não ficou indiferente à convocação do Imperador Dom Pedro II. O Presidente da Província encaminhou uma carta a todas as Vilas sob a sua jurisdição exortando o patriotismo e incentivando o surgimento de voluntários. O mesmo ato foi realizado pelo Bispo de Mariana, Dom Antônio Ferreira Viçoso. A Câmara Municipal de Piumhi teria recebido as duas recomendações.

MOBILIZAÇÃO DE FORÇAS

Em 5 de maio de 1867 foi enviado à Câmara de Piumhi um ofício redigido pelo Juiz de Direito da Comarca do Rio Grande (sede em Tamanduá -- hoje ItapetERICA), Dr. Cristiano Stockler

de Lima, no qual pedia a “essa Câmara que se reunisse em sessão extraordinária, a fim de promover, pelos meios ao seu alcance, a aquisição de voluntários para o exército”.

Assim, após o recebimento da correspondência, a Câmara convocou a reunião solicitada, por meio de editais, para o dia 7 de maio de 1867 no Paço Municipal. Além dos vereadores Antônio José Rodrigues Barbosa, José Domingos de Araújo, José Joaquim da Terra, José Antônio Rodrigues de Oliveira, José Soares de Oliveira e Padre Modesto Luiz Caldeira, participaram da reunião “muitas outras pessoas gradas” como anotou José Cristóvão de Lima. O presidente da Câmara José Soares de Oliveira abriu a sessão e leu o ofício a ela dirigida pelo Juiz de Direito da Comarca.

Foi deliberada na sessão a formação de uma comissão “composta dos senhores de maior representação da Vila: Antônio José Rodrigues Barbosa, João Arantes Pereira, João Ferreira de Oliveira, Padre Modesto Luiz Caldeira, José Joaquim Mateus de Andrade, Feliciano Rodrigues Rosa e José Domingos de Araújo”. Caberia a esta comissão arregimentar os voluntários para engrossar as colunas do exército brasileiro contra o inimigo paraguaio.

Em ato contínuo formou-se as comissões nos distritos: Guapé: Padre Domiciano Antônio Machado e João de Oliveira Fulgêncio, Cristóvão Teixeira de Carvalho, José Belipote da Silva, Leandro Fulgêncio do Amaral e Manoel Pereira de Carvalho; São João Batista do Glória: Joaquim Mateus de Andrade, Feliciano Gonçalves Rosa; José Alves da Silva e José Antônio de Souza; Pimenta: Domiciano da Costa Pereira, Francisco da Costa Pereira, Alexandre Francisco Lopes, Messias Garcia Pereira, José Batista de Melo e Severiano Pacheco de Macedo; São Roque de Minas: Antônio Luís Cruvinel, João da Costa Xavier,

Guilhermino Simões de Lima e Francisco da Costa Pereira.

O QUARTÉIS EM PIUMHI

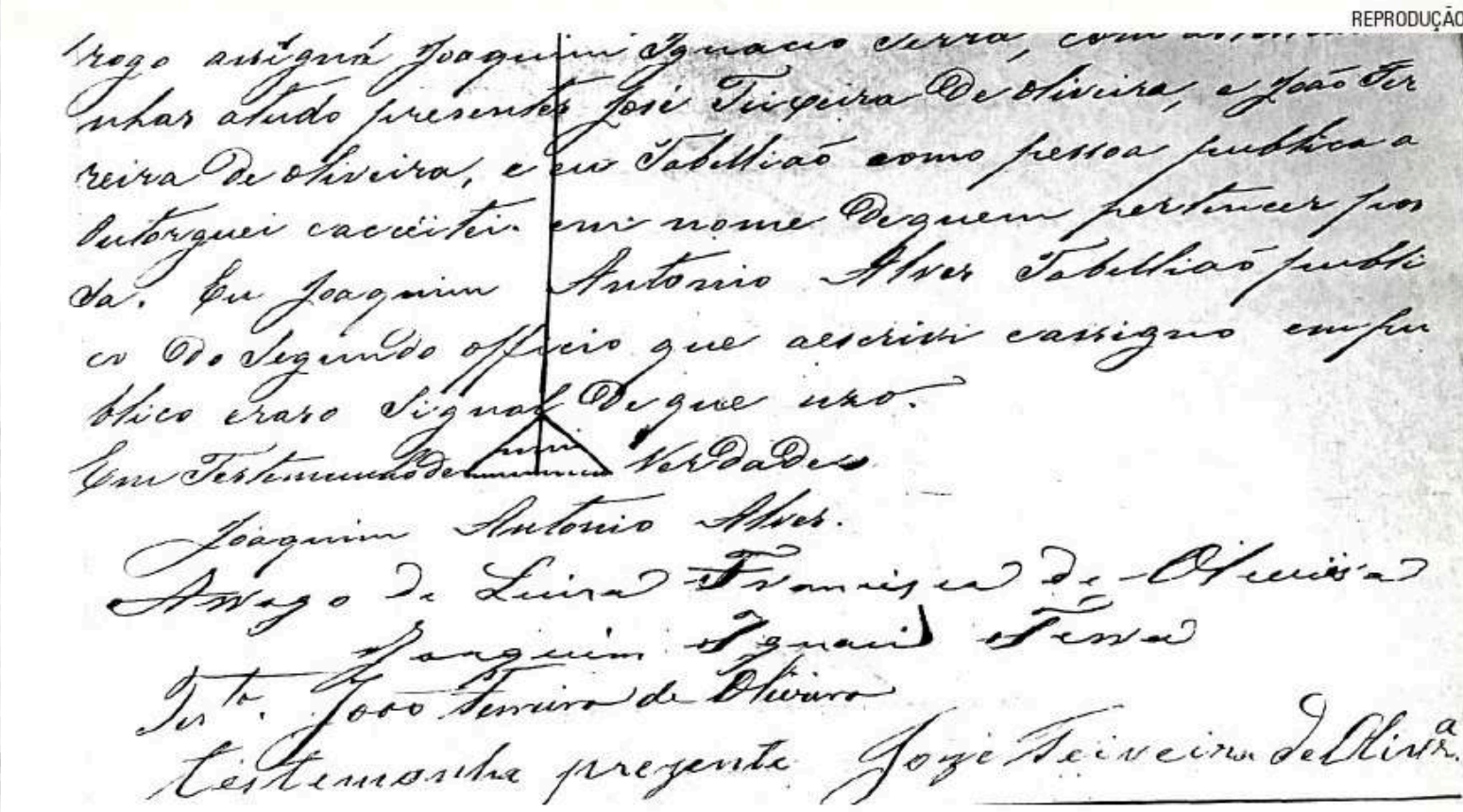
Infelizmente, não sabemos os resultados alcançados por essas comissões. Entretanto sabe-se, que em 1865 alguns piumhienses já haviam se apresentado como voluntários, em Formiga, ao major do Exército João Carlos Correia Lemos. Daí seguiram para a cidade de Uberaba, onde foram incorporados às forças expedicionárias mineiras. Outros foram enviados a Ouro Preto, de onde seguiram para o Rio de Janeiro; sendo incorporados à segunda expedição que seguiu para o Prata, e daí para os campos de batalha. José Cristóvão de Lima cita o relatório do Presidente da Província de Minas Gerais, referente a 1865, no qual ressalta que “os voluntários de Piumhi estão incluídos entre os de Formiga e Santo Antônio do Monte, no total de 68”.

A primeira Brigada Mineira, partiu em 10 de maio de 1865 de Ouro Preto, então capital da Província, com destino à Uberaba, passou por Piumhi em 4 de junho. Acamparam aqui conforme anotou o historiador Oscar Alves Rocha: “1865 -- Passa por Piumhi uma expedição para a Guerra do Paraguai, tendo acampando nos limites da cidade, num local que ainda hoje é denominado Quartéis”. Os expedicionários partiram das terras piumhienses no dia 6 do mesmo mês e ano, contando ainda com alguns elementos piumhien- ses que se incorporaram às tropas. Escreveram memoráveis páginas nas batalhas da guerra.

José Cristóvão de Lima escreveu ainda que “Dos elementos que tomaram parte da Retirada da Laguna e conseguiram voltar são e salvos, citam-se os nomes de Cândido Nogueira e Lúcio Almada. Na batalha de Curupaiti, entre outros filhos desta terra, que deram sua vida em holocausto à Pátria, destaca-se a figura de Antônio Joaquim de Freitas. De todos

Perfilhando o filho Francisco

Dona Luísa declarou ao tabelião ‘anterior ao casamento della outorgante com o sobre dito seu marido João José de Carvalho, teve um filho de outro homem, que foi baptizado como engeitado’



Contrariando os costumes da sisuda e machista sociedade interiorana do século XIX a escritura lavrada em 1871 registra o reconhecimento de um filho concebido por uma mãe ainda solteira com o consenso do esposo

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Nos anais do Cartório do 2º Ofício de Notas de Piumhi, precisamente no livro 7, às folhas 40 verso, há um registro um tanto curioso e que segue na via contrária da época: trata-se de um registro de perfilhação. Todavia é necessário destacar que tanto hoje quanto nos tempos antigos era comum que homens tivessem filhos fora do casamento, não os assumindo. Estes eram chamados de naturais. Em algumas oportunidades os filhos não poderiam aparecer, seria um escândalo: “expunha-se” a criança em um cesto na porta da casa de quem se acreditava cuidar do recém-nascido. Hoje existem mecanismos vários legais para obrigar um homem a assumir as suas responsabilidades de ajudar a criar o seu filho. Antigamente havia apenas um recurso: o arrependimento ou remorso, na maioria das vezes muito falível.

A perfilhação era um ato praticamente masculino e ocorria quando um homem chegava ao cartório e declarava verbalmente ser pai de determinada criança. Diante da declaração o tabelião lavrava uma escritura a qual era assinada pelo declarante e pelas testemunhas que presenciaram o ato. Depois disso a criança tornava-se filho e herdeiro do declarante. Era uma prática muito comum, vez que a

sociedade era extremamente machista.

ENGEITADO FRANCISCO

Mas voltando ao registro, o que o torna curioso é que a perfilhação ocorreu por uma mulher e não por homem, como normalmente ocorria. Era o sétimo dia do mês de outubro de 1871, quando Dona Luísa Francisca de Oliveira compareceu ao Cartório do Tabelião Joaquim Antônio Alves para lavrar uma escritura de perfilhação.

Dona Luísa, na ocasião, era casada com João José de Carvalho, embora o registro de casamento não tenha sido localizado nos registros da Paróquia Nossa Senhora do Livramento. Dona Luísa declarou ao tabelião “anterior ao casamento della outorgante com o sobre dito seu marido João José de Carvalho, teve um filho de outro homem, que foi baptizado como engeitado, com o nome Francisco, o qual té esta data existe em companhia da Mãe dela outorgante, Dona Francisca Maria de Jesus, e foi baptizado na Freguesia de Formiga” (sic).

A declarante manifestou que era sua vontade perfilhar a criança para que ‘elle possa ser seo herdeiro, e gozar de todas as honras e prerrogativas, como se legítimo fora e pede a mercê de a Sua Majestade, de lhe confirmar esta perfilhação’ (sic). O perfilhado Francisco não estava

“presente para dar o seu consentimento por ser menor de nove anos mais ou menos, o qual é conhecido de mim Tabelião e das testemunhas” (sic). A outorgante não sabia ler motivo pelo qual assinou a seu rogo Joaquim Ignácio Terra na presença das testemunhas José Teixeira de Oliveira e João Ferreira de Oliveira.

GRÁVIDA SOLTEIRA

O documento representa uma preciosidade que segue a linha inversa do patriarcalismo. Dona Luísa, de quem se acredita que possuía boas posses, tinha as suas origens familiares na cidade de Formiga. Após se engravidar na condição de solteira, escondeu a gravidez, deu a luz ao filho e simulou que o menino tivesse sido exposto à porta de sua própria casa, como se tivesse sido deixado por outra pessoa. O tempo passou Dona Luísa se casou com João José de Carvalho e talvez tenha contado a ele a sua triste história e ele a encorajou a fazer a perfilhação, vez que se fazia presente no ato. Certamente o que motivou a decisão de Dona Luísa foi o remorso e contra isto só existe uma solução: a reparação do erro. Mas nada foi encontrado sobre a família nos registros de Piumhi, o que nos faz crer que tenham voltado para Formiga.

Fale como o autor: professorluis-melo@gmail.com

Professor é morto a facada pelo irmão no crime que abalou a Piumhi de 1966

Aquela quinta-feira, 27 de outubro de 1966 abriu na sociedade piumhiense uma ferida que nem o passar de quase meio século foi capaz de cicatrizar

ACERVO DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Uma das páginas mais tristes da história da educação piumhiense, e porque não da memória de nossa cidade, foi o caso do professor Rafael Camilo da Costa. Um futuro brilhante e promissor estagnado por uma verdadeira tragédia. A breve, mas marcante trajetória deste homem simples que à custa de muita dificuldade conseguiu galgar a profissão de professor, numa época em que essa profissão era mais respeitada e valorizada, é o que se pretende resgatar nessas linhas.

De João Camilo da Costa e Francisca Alves de Souza nasceu José Ferreira da Costa, conhecido Zezinho. E, de Benedicto de Mello e Julieta Alves de Souza nasceu Eufrásia Alves de Mello, a qual atendia pelo apelido de Fazica. José Camilo e Eufrásia se deram em matrimônio no dia 15 de julho de 1940, ocasião em que ele contava com 40 anos de idade, enquanto ela mal tinha completado seus 17 anos. A cerimônia realizou-se na Matriz de Nossa Senhora do Livramento, sendo presidida pelo padre Abel de Abreu Vouginha. Como testemunhas fizeram-se presentes Natalino Camillo da Costa e Francisco Camillo da Costa. Após o casório foram viver na fazenda Mimoso, onde extraíam o sustento familiar.

Não demorou muito para que nascesse o primeiro filho do casal, o qual recebeu o nome de João Alves da Costa, tendo nascido em 16 de maio de 1941. Aparentemente João teve uma infância e adolescência normais como qualquer um. Dois anos depois, precisamente em 3 de março de 1943, nasce o segundo e último filho do casal, o qual foi batizado com o nome de Rafael Camilo da Costa em 10 de outubro do mesmo ano. Seus padrinhos foram: Joaquim Rezende Silva e Filomena Alves Silva.

IDEALISTA E SONHADOR

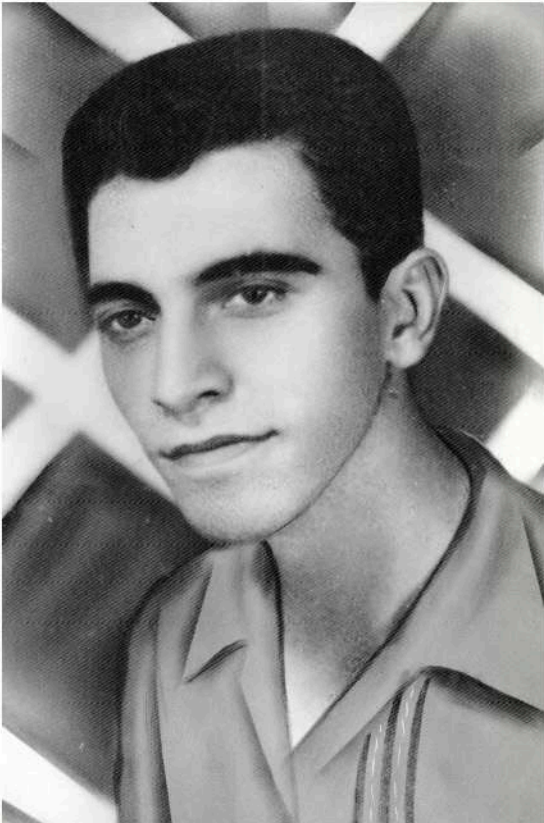
As diferenças entre João e Rafael eram nítidas, desde a tenra idade. O primeiro sempre se satisfazia com seu modo de vida, enquanto o segundo era um idealista, um sonhador – para Rafael a fazenda Mimoso era pequena para projetos que tinha. Diante de seus sonhos investiu no seu futuro e abandonou o meio rural, ainda aos 7 anos de idade para levar adiante seus estudos, vindo nessa época a residir na casa dos tios e primos. Após passar pelos anos primários do Grupo Escolar “Dr. Avelino de Queiroz” deu continuidade aos estudos no Colégio “Professor João Machado”. Assim Piumhi ficava pequena para os sonhos de Rafael que buscando ir mais longe se graduou em Letras pela Faculdade de Formiga.

Com a abertura do Colégio Normal Oficial de Piumhi, posteriormente Escola Estadual “Professor João Menezes” em primeiro de março de 1965, o professor Rafael logo se apresenta como candidato para lecionar, e na falta de professores efetivos, foi contratado para ministrar 108 aulas semanais de Matemática para Primeiro Grau. Começava então sua trajetória profissional no mesmo dia em que o estabelecimento abriu suas portas à comunidade piumhiense -- dessa vez o professor Rafael Camilo era um dos instrumentos da realização do sonho de muitos jovens piumhienses que há tempos esperavam a oportunidade de dar continuidade a seus estudos primários.

Populamente, o Professor Rafael, era caracterizado como um homem de grande beleza, bom coração, caridoso, filho exemplar, humilde, compreensivo e ótimo profissional. Algumas pessoas diziam que seria “*difícil encontrar no gênero humano outra pessoa que reunisse tantas qualidades boas*”. Na época de seu falecimento o redator do ALTO S. FRANCISCO lavrou as palavras: “*Moço bom, educado, estudioso e inteligente, o jovem Rafael Camilo da Costa era professor de Matemática do Colégio Normal Oficial de Piumhi, e grandemente estimado por todos, graças às suas inúmeras qualidades*”. A fotografia que ilustra o artigo mostra o Professor Rafael na flor da juventude: despertava a atenção das moças e laçou o coração da jovem Ione.

UMA RIXA DOMÉSTICA

Para que pudesse trabalhar a família adquiriu uma casa na rua Modesto Caldeira, onde residia o Professor Rafael e o restante da família, quando vinham da fazenda. Num desses encontros domésticos ocorreu uma discussão entre João e Rafael, e este decide sair para evitar um mal maior naquela casa. Alugou um imóvel na rua Santo Antônio, onde passou a residir com seus pais. Não podemos dizer com precisão, mas podemos presumir que



João não estava mais satisfeito com o mundinho criado por ele: Rafael era feliz, pois conhecia muita gente e era querido, pensava quando se comparava ao irmão. É certo também que João demonstrava então evidências claras de algum transtorno psicológico.

Desejoso tirar a vida do próprio pai, João, partiu de sua casa com uma faca em punho. Era pela manhã e enquanto cego de ódio e de razão caminhava em direção à casa do irmão mais novo, este se preparava para mais um dia de muito trabalho. Ao chegar chamou à porta, Rafael atendeu e foi barbaramente alvejado por uma facada no abdômen, provocando intenso sangramento. Tentaram salvar a vítima que embebecida de sangue foi levada às pressas para Casa de Saúde São Rafael, onde foi atendida pelo Dr. Moacyr Lopes, o qual constatou hemorragia interna e um quadro de anemia profunda provocada pela hemorragia.

Pelas 8h30 da manhã o Professor Rafael deixa a cidade em “profunda consternação” ao dar seu último suspiro de vida, violenta e precocemente ceifada aos 23 anos. Estava acabado: havia morrido “uma esperança que começava a se realizar”, como desabafou o escritor do ALTO. Aquela quinta-feira, 27 de outubro de 1966 abriu na sociedade piumhiense uma ferida que nem o passar de quase meio século foi capaz de cicatrizar. Nessa altura João era considerado “alienado mental”, como se expressou o redator do ALTO e certamente deve ter sido levado preso em flagrante delito.

SACRIFÍCIO PELO PAI

É certo que o alvo de João era seu pai, mas Rafael se sacrifica para salvá-lo. A família de modo geral se impressionou “com a coragem de Rafael que deu sua vida pela de seu pai”. O senhor Zezinho, nessa altura idoso, e aborrecido com o fato de perder seus dois filhos um pela morte e o outro para a Justiça, mergulhou com sua esposa numa tristeza profunda. Torna-se quase impossível imaginar o tamanho do sofrimento deste casal depois da morte do professor Rafael Camilo, pois além de filho, este era para eles “como um esteio”.

Quanto ao pobre João, cuja doença impede julgar seus atos, lhe foi aplicada pela justiça uma “Medida de Segurança”, sendo internado em um hospício na cidade de Barbacena, onde cumpriu longa pena até falecer. Carregou por todos esses anos em que esteve preso, num lugar que chegava a ser pior do que uma cadeia, o peso da morte do irmão e da destruição de sua família entre momentos de lucidez e vacilo da razão. Era a intenção dos familiares unir os irmãos sepultando-os juntos, mas o capricho do destino impediu a intenção: o coveiro ao abrir o túmulo de Rafael percebeu, devido à ação do tempo, que suas paredes estavam desabando e como ameaçava grande temporal João teve que ser sepultado em carneira em apartado do irmão e de seus pais.

Como forma de eternizar o nome do Professor Rafael, o prefeito municipal Bossuet Costa sancionou em 16 de novembro de 1973 a Lei de Nº. 621, cujo texto altera o nome da antiga rua dos Camilos para Rua Professor Rafael Camilo. A Escola Estadual Professor João Menezes também prestou sua homenagem a um de seus primeiros professores “batizando” sua biblioteca com o nome do saudoso mestre.

MELO, Luís Augusto Júnio. Professor é morto a facada pelo irmão no crime que abalou a Piumhi de 1966: Rafael Camilo da Costa: aquela quinta-feira, 27 de outubro de 1966 abriu na sociedade Piumhiense uma ferida que nem o passar de quase meio século foi capaz de cicatrizar’. **Alto S. Francisco.** Piumhi, ano 96, 17 set. 2017. Memória Piumhiense, p. 2.

Remediando o mal espiritual: o amor de um casal de escravos na Piumhi de meados do século XIX

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A Piumhi do século XIX era repleta de escravocratas que exploravam a mão de obra cativa tornando seus imensos latifúndios em propriedades produtivas. João André Antonil, um dos maiores historiadores dos tempos coloniais do Brasil resumiu a necessidade dos escravos para seus senhores “Os escravos são os pés e as mãos do senhor”.

Dentre esses escravistas destaca-se a figura de Francisco Machado de Mello. Homem, cuja história é enigmática, sombreada de dúvidas e incertezas. Pouco se pôde construir acerca desse personagem. Desconhecese sua naturalidade e quando nasceu. Sabe-se que casou com Maria Joanna de Jesus em local incerto visto não ter sido encontrado o assento de seu casamento nos anais da Paróquia Nossa Senhora do Livramento de Piumhi.

Apurou-se também que o casal teve pelo menos duas filhas: Mariana e Antônia. Como a educação de filhos naquela época obedecia a regra do sistema patriarcal: era rude, ignorante e exigia que todas as decisões passassem por seu aval. Necessário foi dedicar essas linhas a esse cidadão, vez que ele foi o elemento causador da história que hoje se narra.

THEODORA E EMILIANNO

Dentre os escravos de Machado de Mello estava uma mulatinha de nome Theodora, nascida na fazenda de seu senhor. Certamente os encantos juvenis de mocinha atraía os olhares e desejos de seu amo. Mas ela havia se apaixonado por outro: um escravo quinze anos mais velho que era de nome Emilianno que também servia ao senhor da moça. A paixão entre o casal foi tão avassaladora que eles se deram em casamento na Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Piumhi em 28 de abril de 1851, através das bênçãos do Vigário José Florêncio Rodrigues. Foram testemunhas: Antônio de Barros Silva e João Antônio de Mello -- certamente estava na Igreja rezando, pois que casamento de escravos não tinha pompa e nem luxo, era meio protocolar para não perder as almas no inferno do pecado. Na ocasião do casamento Theodora tinha 25 anos e Emilianno 40 anos.

Não se pode dizer de forma alguma que o casal viveu feliz, pois a escravidão tinha um gosto amargo. Os castigos físicos ajudavam na resignação da sujeição.



Edificada em Piumhi pelos missionários Albônios em 1828 a antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos escravos no Brasil colonial, que cederia espaço nos anos 1950 para o templo atual inaugurado pelo padre Abel de Abreu Vouguinha.

Todavia não se pode generalizar dizendo que não colheram as flores da felicidade. E nesse emaranhado de situações e sentimentos o senhor dos escravos decidiu por maldade dar um basta na convivência do casal: vendeu Emilianno a outro escravocrata. Em virtude de não ter sido localizada a escritura de compra e venda não se sabe a data da transação e se o comprador residia em Piumhi ou não, mas o fato é que o mal estava feito: o casal estava de fato separado. Não é preciso fazer grande esforço para imaginar o quanto sofreram no dia da separação. Por outro lado, Machado de Mello nem se importava pois era voz universal que escravos não tinham sentimentos -- é difícil compreender e aceitar isso com a experiência que temos hoje.

A CARTA DE LIBERDADE

Depois de algum tempo Machado de Mello se tocou e percebeu a maldade que cometera e com receio da morte e ter contas a acertar do outro lado: estava disposto a arrumar um meio para resolver o problema que havia criado. Procurou o Vigário José Florêncio Rodrigues e lhe explicou a situação. O padre enfático não titubeou e deve ter dito algo mais ou menos no sentido de: “passe a carta de alforria imediatamente para a negra Theodora a fim de remediar o mal espiritual que você cometeu”. Como a voz de padre entendida como o eco da voz de Deus o homem com medo de imediato atendeu e nem dali saiu pediu ao mesmo sacerdote que lhe escrevesse o documento por ele não saber ler e escrever.

O Vigário José Florêncio de imediato redigiu o documento em 2 de outubro de 1871. No documento se lê “Digo eu Francisco Machado de Mello, que entre os bens que possuo é uã escrava de nome Theodora crioula, de idade de quarenta e tantos anos, casada com Emeliano Criollo, à qual dou plena liberdade dóra em diante, podendo usar della, como lhe aprouver, desejando por este meio remediar o mal espiritual, que cometi separa-los pela venda que fiz do marido. Sirva, portanto, este título, esta carta de liberdade, que espontaneamente lhe confiro, sem que meos herdeiros por pretexto algum possuão della haver indenização ou reconduzi-la ao cativeiro ” (sic). Assinaram o documento redigido pelo sacerdote como testemunhas Firmino Martins da Fonseca e Antônio Machado de Faria e Mello. O próprio Machado de Mello levou a carta de alforria, no dia 1º de novembro de 1871, no Cartório de Notas do Segundo Ofício de Notas de Piumhi, a qual foi registrada no livro nº 07, folhas 41V, conforme transcreveu o tabelião Joaquim Antônio Alves.

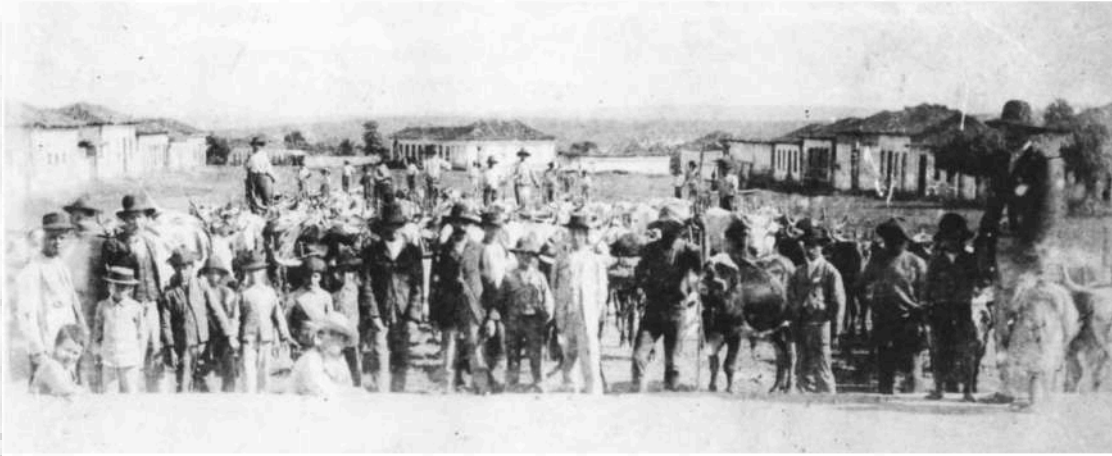
No documento se lê “espontaneamente”, palavra chave como requisito legal para validade desse tipo de documento. Mas o elemento causador da voluntariedade nesse caso foi o peso da consciência, remorso e medo de ter contas a acertar na outra vida. Nesse caso, houve um recurso para remediar o mal espiritual, mas em muitos outros, isso não foi possível.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

As peripécias de Zé Carioca -- Escravo do Tenente José Gonçalves de Melo

‘Estava com a faca para passar na goela dele mesmo por não querer servir a seu senhor’

ALTO ARQUIVO



Concentração da população na Piumhi do início do século XX em frente à antiga Matriz de Nossa Senhora do Livramento onde hoje está edificada a praça Dr. Avelino de Queiroz. Em 1872 havia no município um contingente de 4.012 escravos dos quais 2.162 homens e 1.850 mulheres

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O Tenente Coronel José Gonçalves de Melo era membro de importante família. O seu poder pode ser verificado na patente que trazia à frente de seu nome. O homem era fazendeiro e transformava seus rincões de terras em produção através da exploração de muitos escravos.

Dentre os cativos de Gonçalves de Melo havia um que era meio arredio ao serviço, respondão e não se resignava aos serviços de seu senhor, ainda que sofresse açoites. O dito negro tinha apelido de Zé Carioca e vivia mais fugido do que prestando trabalho. De quando em vez voltava ao seu senhor, pois, manter-se foragido por muito tempo, era uma atividade bastante arriscada.

Depois de mais uma fuga, em 10 de fevereiro de 1845 caminhava tranquilamente pelas ruas da Vila como se fosse dono de si. Como acaso do destino foi avisado por uma patrulha policial. Era praxe ao encontrar “negros perdidos pela rua” abordá-los e questioná-los para onde ia, o que fazia... Os militares já conheciam o personagem e sua vida pregressa mergulhada em crimes e algazarras.

Assim, cumprindo as imposições legais de seu papel, os policiais abordaram Zé Carioca, quando este estava prestes a atravessar a rua, e “ele correu e entrou para o pátio de vigário onde foi pegado entrando nêlle” (Processo: Folhas 4V - sic). Ao ser capturado os militares começaram a interrogá-lo, o que representou motivo para que ele se irritasse. Acuado, demonstrou trazer consigo uma faca de ponta. Diante da resistência de Carioca, algumas pessoas gritaram ao Oficial de Justiça para ajudar a prender o escravo rebelde.

FACA NA GOELA DELE

Quando o oficial de Justiça de nome Bernardo chegou, Zé Carioca tentou a toda forma feri-lo com a faca, mas foi impedido pelos militares que faziam uso da força bruta para segurá-lo. A testemunha João Cecílio da Silva, pardo, casado, 38 anos, natural desta Vila e também Oficial de Justiça afirmou que o companheiro de função fatalmente seria ferido se o negro, cuja força era descomunal, não fosse “agarrado por cima dos braços” (Processo: Folhas 4). Declarou ainda que “se não chega, não corriam, o dito escravo ofenderia ao dito Bernardo, pois tinham lutado muito e estava em perigo de ser solto pelo dito Bernardo por não o poder segurar” (Processo: Folhas 4). Disse ainda que Zé Carioca afirmou que “estava com a faca para passar na goela dele, mesmo por não querer servir a seu senhor” (Processo: Fo-

lhas 4). Depois de muita luta o Zé Carioca foi preso por Bernardo e pelos policiais Manoel Pimenta e Valeriano.

A confusão deu origem a um pequeno inquérito que serviu de base para a narrativa desta história. A autuação da investigação ocorreu no dia 25 de fevereiro de 1845 e José Antônio de Mello foi nomeado Curador de José Carioca, prestando o juramento do cargo em 25 de fevereiro de 1845. A nomeação do curador era ato necessário porque o escravo não respondia por si, sendo ato necessário em qualquer inquérito ou ação judicial. Durante a investigação descobriu-se que a faca não pertencia a Zé Carioca, mas foi por ele retirada “debaixo de humas roupas na Senzala dos escravos do Reverendo Vigário, cuja faca José Escravo do Vigário dissera que hera dele” (Processo: Folhas 4V).

SENZALAS DO VIGÁRIO

A testemunha Francisco João Ribeiro, negro (no original consta preto), casado, sapateiro, 46 anos, natural de Santa Luzia, morador nesta Vila, confirmou tudo que a primeira testemunha havia dito e acrescentando que Carioca utilizaria a faca para ofender Bernardo “que para não se entregar a prisão hé que usara ella e que isto ouviu do dito Bernardo e do Oficial de Justiça João Cecílio da Silva” (Processo: Folhas 5V).

Já Joaquim Antônio da Silva, pardo, casado, 45 anos, natural de Abaial, sapateiro e carcereiro e morador nesta Vila confirmou a tese afirmando que ouviu a versão da boca do Oficial de Justiça e de Bernardo, que recebeu a faca na qualidade de carcereiro, mas não soube dizer se ela pertencia a Carioca ou ao escravo do Vigário, nem se Carioca arrastou Bernardo para dentro das Senzalas do Vigário José Severino Ribeiro.

O JUIZ VOLTA ATRÁS

Aos 26 de fevereiro os autos foram conclusos ao 1º Substituto do Juiz Municipal, o Alferes Antônio José Rodrigues Barbosa, o qual deu o despacho: “Fica conclusos ao Snr. Doutor Juiz Municipal competente, remessa. Piumhy, 26 de fevereiro de 1845. Barbosa” (Folhas 7V). No dia 2 de março do mesmo ano o curador do réu requereu a juntada de uma petição com o seguinte teor: “Diz José Antônio de Mello, como curador nomeado pa. ver jurar as testemunhas no processo contra José Crioulo, escravo do Tenente Coronel Antônio Gonçalves de Mello, que se axa nesta Vila, Bernardo de tal, testemunha referida no mesmo processo, que V. S. o mande notificar para depor o que souber” (Folhas 9). O Juiz indeferiu o pedido sob a alegação de que

os autos já se achavam conclusos ao Juiz Municipal.

Inconformado com a decisão o curador requereu: “Como a lei hé bem expressa que enquanto há testemunhas referidas não se findam os processos, e eu, sei que o dito processo ainda está em Cartório do 1º Ofício por isso repito a V. S. mande notificar a testemunha neste mencionado” (Folhas 9). O Juiz voltou atrás e intimou a testemunha para oitiva a se realizar no dia 2 de março de 1845, às 9 horas da manhã.

DESTA ELE ESCAPOU

No dia e horário designado, a testemunha Bernardino João Pereira, pardo, casado, 35 anos, natural desta Freguesia, residente neste termo e que vive da lavoura. Proferiu o juramento e afirmou que foi “elle mesmo fora quem o prendeu no dia 10 de fevereiro, pelas nove horas da manhã e que o Oficial de Justiça o ajudara na dita prisão” (Folhas 10). Declarou ainda que quando “pegara no dito Carioca pela gola da jaqueta, que na mesma ocasião o dito tirara a jaqueta, e que foi escapulindo e corraera para dentro de hua senzala dos negros do Vigário José Severino Ribeiro, e que na entrada da porta da dita Senzala pusera a mão no dito negro , que ele foi passando a mão por cima da cama e tirara uma faca, e nisto a testemunha segurara-lhe por detrás pondo as mãos por cima dos largatos do dito negro, nessa ocasião chegou o meirinho e tomara a faca do dito e efetuarão a prisão sem o negro fazer mais nada” (Folhas 10). O curador perguntou de quem era a faca e respondeu que “ouvira dizer que era do negro do Vigário de nome José” (Folha 10). Depois de ouvida a testemunha os autos foram conclusos ao Juiz Municipal.

O Juiz Municipal Pedro da Costa Fonseca decidiu: “Visto, e examinado este sumário, e depoimento das testemunhas, não obrigam estas à prisão e a livramento do indiciado José Carioca, escravo do Tenente Coronel Antônio Gonçalves de Mello, em face da disposição do artigo 3º do Código Criminal. Seja o mesmo entregue e recomendado ao dito Senhor a quem condeno nas custas excausa. Villa Nova da Formiga, 8 de abril de 1845. Pedro da Costa Fonseca” (Folhas 11). O processo foi ao contador e este calculou custas no valor de 8 mil e 91 réis (8\$091) os quais foram pagos pelo senhor do escravo. Dessa vez José Carioca escapou, mas teve contas a acertar com o seu senhor: nada que alguns açoites não resolvessem.

Fale com o autor: professorluis-melo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. As peripécias de Zé Carioca -- Escravo do Tenente José Gonçalves de Melo: ‘estava com a faca para passar na goela dele mesmo por não querer servir ao seu senhor’. **Alto S. Francisco**. Piumhi. ano 96, 1 out. 2017. Memória Piumhiense, p. 2.

Belisário; um homem da ciência com alma voltada para a caridade

ÁLBUM DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Três famílias ligam Piumhi e a região de Pará de Minas. Desta região migrou para nossa cidade membros das estirpes Moreira Guimarães, Freitas Mourão e Leão de Melo. Todas deram origem a numerosas e importantes linhagens da sociedade piumhiense. Dedicaremos algumas linhas de estudo à família Moreira Guimarães que se consolidou em Piumhi. A origem familiar está ligada ao casal Antônio Luís Ferreira Guimarães e Anna Moreira da Silva que, provavelmente, se casaram na cidade de Igaratinga, entre os anos de 1840 a 1850. Dentre os filhos do casal, quatro deles se migraram para Piumhi: Belisário Moreira Guimarães, Antônio Moreira Guimarães, Henrique Moreira Guimarães e Gomides Moreira Guimarães – esses cidadãos são os precursores da tradicional família Moreira Guimarães em Piumhi. O casal patriarca, certamente, teve mais filhos, mas não nos foi possível relacioná-los. É também possível que alguns filhos do casal continuaram, como os pais, residindo em Igaratinga, que na época chamava-se “Santo Antônio de São João Acima”.

O FARMACÊUTICO

O personagem de destaque de hoje é Belisário Moreira Guimarães, Natural de Pará de Minas, onde nasceu no dia 15 de Outubro de 1863. Criado em sua cidade natal e depois se transferiu para Piumhi, onde exerceu por muitos anos a profissão de farmacêutico. No fim do século XIX, em nossa querida Piumhi, os farmacêuticos eram muito mais do que comerciantes de remédios: eram os seus fabricantes através da manipulação de inúmeros componentes e drogas que resultavam nos medicamentos, além do mais não havia médicos como hoje e cabia a estes profissionais a missão de salvar a vida de milhares de pessoas que sofriam variados “incômodos de saúde”. Nesse sentido, muitas receitas foram aviadas por Belisário, sem interesse econômico, visto que muitos eram pobres e não tinham condições de pagar.

Aqui, se aliou ao Dr. Avelino de Queiroz num importante projeto, sendo um dos fundadores do Hospital de Misericórdia de Piumhi que deu origem a atual Santa Casa de Misericórdia de Piumhi. Também marcou presença, ao lado do professor Cândido Prado, na fundação da Sociedade São Vicente de Paulo em Piumhi no ano de 1901.

A DESCENDÊNCIA

Ocupou alguns cargos públicos de eleição nesta cidade, dentre os quais o encargo de Juiz Municipal Substituto, função que desempenhou com honradez e distinção por vários anos. Casou-se, certamente em Pará de Minas, em data desconhecida com dona Celuta Guimarães, deixando uma descendência de 11 filhos, dos quais 3 morreram quando crianças: Maria Moreira Guimarães, nascida em 1879; Vasques Guimarães, nascido em Piumhi no dia 19 de Julho de 1886, casou-se em Piumhi no dia 31 de março de 1918, com Agnelina Alves Ferreira, filha de Manoel Ferreira Hostalácio e Querubina Alves Ferreira; Antônio Guimarães, nascido em 08 de março de 1892 e falecido em Piumhi com “idade de dois anos” aos 5 de janeiro de 1894; Waldemar Guimarães, nascido em 4 de agosto de 1888; Anna Guimarães Mourão, nascida em 10 de dezembro de 1893, casou-se em 02 de dezembro de 1911 com José de Freitas Mourão, filho de Zacarias de Freitas Mourão e Maria Stuart Pimentel; Constança Guimarães, nascida em 1895; Arminda Guimarães, nascida em 25 de maio de 1898, tinha o apelido de Ziquinha e casou-se em



O patriarca Moreira Guimarães; farmacêutico Belisário

16 de maio de 1914, com Antônio José de Freitas, natural de Formiga e filho de Paulo José de Freitas e Cornélia Augusta de Freitas; Cícero Guimarães, nascido em 22 de outubro de 1896 e falecido em 31 de janeiro de 1897; Laura Guimarães: nascida em 7 de setembro de 1900 e falecida em 21 de outubro do ano seguinte; Antônia Guimarães, nasceu aos 14 de dezembro de 1902; Laura Guimarães, nascida em 25 de abril de 1903, recebeu esse nome para homenagear a irmãzinha falecida dois anos antes; Hilda Guimarães, nascida em Piumhi aos 8 de setembro de 1905; Marieta Guimarães, nascida em 1907.

GRANDE ABALO

Belisário Guimarães faleceu em Piumhi, aos 70 anos de idade, às 20h30 do dia 3 de maio de 1934. A causa mortis do falecimento foi caquexia, fraqueza geral do organismo, abatimento senil. Não deixou testamento, mas uma herança de 10 contos de réis. O corpo foi sepultado no “Cemitério Municipal do Bairro da Saudade”.

O redator do Alto S. Francisco em 6 de maio de 1934 registrou a morte de Belisário através das palavras: “Sr. Belizário Guimarães - Depois de prolongados padecimentos faleceu no dia 3 do corrente, o sr. Belizário Guimarães, chefe de numerosa e conceituada família desta cidade. O extinto era antigo farmacêutico nesta cidade tendo prestado nesta qualidade, como na qualidade de cidadão probo e prestimoso grandes serviços a Piumhi. A sua morte era esperada visto que se agravavam os seus sofrimentos dia a dia, mas causou ainda assim grande abalo e consternação. À sua ilustre família, nossos pesames” (sic).

Na administração do prefeito Álvaro Moreira da Silva foi sancionada a lei nº 792 de três de dezembro de 1980, que dava o nome de “Belizário Guimarães” a uma rua no bairro Nova Piumhi. Uma justa homenagem a um homem da ciência cuja importância social e caritativa se mediu nos seus esforços para a construção de uma sociedade que atendesse as necessidades dos menos favorecidos de nossa cidade.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

Antônio, farmacêutico e um grande disseminador do sobrenome familiar

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ÁLBUM DO AUTOR

Dando continuidade aos apontamentos históricos e genealógicos da família Moreira Guimarães de Piumhi, destacaremos na crônica de hoje Antônio Moreira Guimarães. Natural de “Santo Antônio de São João Acima”, atual Igaratinga, nasceu no ano de 1847, sendo filho de Antônio Luís Ferreira Guimarães e Anna Moreira da Silva.

Passou a infância na sua cidade natal. Daí migrou para Pará de Minas onde se casou com sua prima Amélia Ambrosina Guimarães. Ela também era natural de Igaratinga e filha de Manoel Ferreira Guimarães e Dona Maria Constância Guimarães. O casamento foi fecundo e resultou em 12 filhos, sendo que a primogênita do casal Anna Moreira Guimarães, nasceu provavelmente em Pará de Minas no ano de 1876.

Os demais filhos nasceram em Piumhi: Márcia Moreira Guimarães, nascida em 1877 e falecida no ano seguinte; Márcia Moreira Guimarães, nascida em 1878 e casada com Manoel Ferreira Guimarães Sobrinho; Antônio Moreira Guimarães Júnior, nascido em 1880 e casou-se em 1898 com Maria Alves da Gama; Manoel Moreira Guimarães, nascido em 1882; Maria Magdalena de Guimarães, nascida em 1883, casada com Jerônimo Dias Pereira; Rachel Guimarães, nascida em data desconhecida e casada com Ramiro Leodoro da Rocha; Juventino Moreira Guimarães, nascido em 1886; Amélia Moreira Guimarães, nascida em 1º de março de 1888, casada com Ramiro Bruno de Lima em 21 de novembro de 1915, sendo ele filho de Américo Bruno de Lima e Izabel Olinda Terra; José Moreira Guimarães, nascido em Piumhi em 23 de janeiro de 1890, casou-se Piumhi com Maria Soares de Lima; Alice Moreira Guimarães, nascida em 2 de outubro de 1891 e falecida quando criança; Alberto Moreira Guimarães, nascido em 9 de setembro de 1895, casou-se em 1918 com Amélia Augusta Alves, filha de Francisco Alves do Couto (Chico Alves) e Sabina Augusta Alves.

ANTÔNIO E JUSTINA

Entre o nascimento da primeira e a segunda filha do casal, isto é entre 1876 e 1877, ocorreu a mudança de Antônio Guimarães para Piumhi. Dona Amélia Ambrosina Guimarães, primeira esposa de Antônio Guimarães, faleceu em Piumhi, aos 48 anos de idade, às 6h da manhã do dia 1º de novembro de 1898, sendo sepultada no Cemitério Eclesiástico de Piumhi.

Antônio Guimarães, após pouco mais de três meses de viuvez casou-se novamente com Maria Stuart da Rocha, filha de Antônio Leodoro da Rocha e Justina Querubina da Rocha, natural de Piumhi com 22 anos de idade. O matrimônio se deu em Piumhi, no Civil em 24 de fevereiro de 1899. Assim como o primeiro, o casamento foi fecundo, pois houve a geração de 10 filhos: Octávio Guimarães, falecido com 9 dias de idade em 20 de dezembro de 1899 sendo sepultado no Cemitério Eclesiástico desta cidade sem ter sido batizado; Octávio Guimarães, nascido em Piumhi em 1903; Maria Guimarães, nascida em 1904; Odília Guimarães, nascida em 1907, casada com José Jorge Bruno de Lima; José Guimarães, nascido em 1908 e certamente falecido quando criança; José Guimarães: nascido em Piumhi em 1911; Antônio Guimarães Rocha, nascido em 1912, casou-se com Brígida Soares da Cunha no dia 20 de setembro de 1944, sendo ela filha de Belisário Rodrigues da Cunha e Dona Francisca Soares da Cunha com 30 anos de idade; Júlio Guimarães, nascido em Piumhi em 1914; Sylvia Guimarães, nascida no dia 13 de fevereiro de 1917; Má-



Antônio Guimarães; 22 filhos em 2 casamentos

rio Guimarães, nascido em Piumhi em 1919. Ao todo Antônio Guimarães e suas duas esposas geraram 22 filhos, disseminando de forma ímpar o sobrenome da família em Piumhi.

POLÍTICO INFLUENTE

Antônio Moreira Guimarães foi farmacêutico prático, prestando juntamente com seu irmão Belisário Moreira Guimarães uma contribuição imensurável em favor dos necessitados desta terra. Como naquela época, havia poucos médicos, os farmacêuticos acabavam sendo a única esperança de alívio dos sofrimentos ou da cura de suas doenças. Em 1882 exerceu o encargo de Presidente da Câmara Municipal de Piumhi, cargo que hoje se equipara ao de Prefeito Municipal.

Antônio Moreira faleceu em Piumhi, às 18 horas de 8 de junho de 1933, vítima de arteriosclerose. Atestou seu falecimento o Dr. Vicente Soares Ferreira, médico que lhe acompanhou durante sua enfermidade. Na ocasião da morte contava seus 86 anos de idade, maioria dos quais vividos nesta cidade. Foi sepultado no Cemitério da Saudade. Não deixou testamento, mas legou uma herança de valor aproximado de 5 contos de réis constituídos da casa em que morava e um barracão localizado próximo ao “morro”.

O redator do jornal ALTO S. FRANCISCO em 15 de junho de 1933 registrou: “*Depois de prolongados sofrimentos faleceu nesta cidade, em avançada idade no dia 8 do corrente, o farmacêutico Antônio Guimarães. Chefe de numerosa e distinta família de Piumhi, o extinto gozava de destacada posição na sociedade local, provinda das suas qualidades de caráter, de honradez e dos dons de seu coração. Exercendo durante toda a vida a profissão de farmacêutico, prestou relevantes serviços ao povo piumhiense. Também exerceu por muitos anos, com o máximo critério, o cargo de Juiz de Paz nesta cidade*”.

O Posto de Saúde Estadual (Posto Central), inaugurado em maio de 1970, recebeu o nome de “Farmacêutico Antônio Moreira Guimarães”, em pugna homenagem a este homem que embora não fosse filho desta terra deu a ela o seu trabalho e seus instintos de liderança política, além de ter sido grande disseminador desse ramo familiar em nossa cidade.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

De Santo Antônio da Pedra para a ainda Vila de Piumhi

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Concluindo o resgate da história da família Moreira Guimarães de Piumhi, daremos ênfase nesta semana a dois ilustres representantes desse ramo familiar: Henrique e Gomides Moreira Guimarães.

Henrique Moreira Guimarães nasceu em “Santo Antônio da Pedra”, local que depois passou a ser chamado de “Santo Antônio de São João Acima” e hoje é o município de Igaratinga. Nasceu no ano de 1850. Ainda solteiro, transferiu-se para Piumhi onde exerceu as funções de advogado prático, arrecadador municipal, Procurador do Município e exerceu o cargo de vereador da Câmara Municipal de Piumhi por alguns mandatos.

Aqui em Piumhi, casou-se aos 18 de setembro de 1868, com Dona Constantina de Paula Arantes. A nubente era natural de Piumhi, sendo filha de João Alves Pereira (João Alves Gordo) e Emília de Paula Arantes. O casamento não gerou descendência, mas o casal tinha à sua companhia uma sobrinha de nome Oscarina Guimarães.

OBITUÁRIO

Henrique faleceu no dia 10 de setembro de 1923, sendo vítima de um grave carcinoma na língua. Contava com 73 anos de idade. Na ocasião era funcionário público municipal na função

de arrecadador de impostos.

O redator do ALTO S. FRANCISCO de 16 de setembro de 1923 não poupou elogios ao Henrique Moreira lavrando que foi “Victimado por pertinaz moléstia, que apesar de tratada por especialistas, zombou da ciência médica, faleceu, a 12 do corrente, o distinto filho de Piumhy Henrique Moreira Guimarães. Homem de caráter nobre, cumpridor intransigente de seus deveres, o ilustre morto ocupava lugar de destaque em nossa sociedade como arrecadador municipal, lugar este que ocupou por vários annos, portou-se tão correctamente que em se tratando da nomeação de thesoureiro foi imediatamente a este posto, onde a morte o vem colher, quando ainda vigoroso e forte. À sua esposa, d. Constantina, à sua sobrinha, srta. Oscarina e à família Guimarães o ALTO apresenta sentidas condolências” (sic). Não há nenhum logradouro no município com o nome deste personagem.

GOMIDES

O último Moreira Guimarães ligado à Piumhi foi Gomides. No entanto são poucas as informações que se conseguiu apurar desse personagem. No Cartório do Registro Civil de Piumhi há um assentamento de óbito que traz todas as informações que temos sobre esse personagem. Sabe-se que teria nascido por volta de 1860, que faleceu de morte



Henrique Guimarães (1850/1923)

natural, aos 41 anos de idade, às 4h da tarde do dia 21 de novembro de 1901, que era casado, mas não cita o nome da esposa e que era natural e residente de Santo Antônio do São João Acima (Igaratinga), Termo do Pará de Minas. Foi sepultado no Cemitério Eclesiástico de Piumhi.

Tudo indica que ele residia em sua cidade natal e que ao vir em Piumhi teria falecido repentinamente. Não há informações se deixou filhos. Consta ainda que exerceu a função de Juiz Municipal Substituto em Pitangui e fevereiro de 1888.

Através dessa pequena pesquisa sobre as origens da família Moreira Guimarães cumprimos e homenageamos com essas singelas linhas todos os descendentes dessa importante comuna social de nossa cidade carinho.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Tragédia com raio deu origem à Capela das Cinco Cruzes nos idos de 1930

De D^a Regina e seus três filhos escapou o caçula

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ÁLBUM DO AUTOR

Na região da Mata das Capoeiras, município de Piumhi, havia uma Capela denominada Cinco Cruzes. Ela foi erguida em consequência de uma tragédia que lá se verificou em 9 de janeiro de 1930. Dona Maria Regina de Jesus, mulher solteira, mãe de três crianças. Vivía com os filhos em um casebre naquela comunidade rural. O terreno onde fora construída a simples choupana não era propriedade dela, mas naquela época era comum que as pessoas e agregados de uma fazenda construíssem as suas “arranções” em imóvel de outrem em troca de serviço ou de parte da produção extraída da exploração da terra. Contam que eram bastante pobres, mas trabalhadores e ordeiros.

Dona Holmerinda Maria da Costa, 80 anos, nascida em São João Batista do Glória, moradora da região e zeladora da Capela de São Jerônimo e Santa Bárbara por longos anos, conta que em 9 de janeiro de 1930, uma quinta-feira, Regina Maria de Jesus estava torrando café, quando foi repreendida por uma vizinha: “Não vê que vai chover!”. O costume rural rezava que não se podia torrar café quando se “amava chuva” porque a fumaça atraía os raios. Dona Regina, mulher de fé, não deu importância e continuou seu trabalho.

Como que por capricho do destino a tempestade se formou tão rapidamente que os raios cruzavam os ares enquanto dona Maria Regina executava seu serviço junto ao fogão de lenha. Ao todo estavam na casa sete pessoas, Dona Maria Regina, seus três filhos, sendo o mais novo bebê de colo, além de dois meninos filhos do vizinho. Um dos filhos do vizinho, “o maiorzinho”, com medo, “saiu correndo pasto a fora”, e antes de atravessar o córrego que ficava entre as casas pode ver o clarão que veio do céu escurecido pelo temporal anunciado, ainda sem chuva. Ao chegar a casa sua mãe perguntou: “que fumaça era àquela na casa da Maria Regina”, o menino não tinha palavras, mas seu rosto de espanto denunciava com clareza o ocorrido.

‘VIRARAM UM CARVÃOZINHO’

Correram “no sentido de dar socorro a quem precisasse, mas a casa havia sido quase toda consumida pelo fogo descido sob a forma de um raio pela chaminé do fogão”. Ao vasculhar as cinzas encontraram cinco corpos totalmente carbonizados. Dona Holmerinda explicou que sua comadre Carola, que presenciou a cena in loco, “disse que era im-



Da capela hoje em ruínas restam algumas paredes e as cinco cruzes marco da tragédia que desabou sobre a família de D^a Regina há 87 anos

possível saber quem era homem e quem era mulher porque todos viraram um carvãozinho”. Foi esta mesma Carola quem costurou as roupas para que os mortos fossem sepultados. A esperança de encontrar alguém com vida era muito remota, mas um barulho chamou a atenção do grupo para o único lugar da casa que não tinha sido atingida pelas chamas: encontraram uma criança viva: era João Augusto de Oliveira, o caçula de Dona Regina e naquele momento órfão, que na ocasião contava com quase um ano de idade.

Os mortos foram provavelmente, pela localização da tragédia, enterrados no cemitério rural da Serra, município de Capitólio. Foi feita uma minuciosa busca nos Cartórios do Registro Civil de Piumhi e Capitólio, mas os assentamento de óbitos não foram localizados.

O fato consternou os moradores do lugar, que em homenagem aos mortos fincaram “cinco cruzes”, jargão pela qual ficou conhecida àquela região das Mata das Capoeiras. Pouco tempo depois edificaram no entorno das cruzes uma Capela dedicada a São Jerônimo e Santa Bárbara, santos Católicos protetores contra as tempestades. Parte do forro da capela foi feita com a sobra do forro do casebre incendiado pelo raio.

O local tornou-se, durante muitos anos lugar de peregrinação de devotos, que vinham de todas as partes da região, sempre no dia de aniversário da tragédia, ocasião em que acendiam velas, rezavam terços e novenas. Dona Holmerinda, sempre alguns dias antes, limpava a capelinha e mantinha no seu entorno um bonito jardim. Permaneceu nesse encargo por mais de dezesseis anos.

AS CRUZES AINDA ESTÃO LÁ

O menino João Augusto de

Oliveira foi criado por uma das filhas do casal Aquiles José Vicente e Maria Ferreira de Jesus. A adoção não foi formalizada juridicamente, naquela época era um costume comum pessoas simplesmente “pegarem órfãos para criarem”. Era um homem, apesar de humilde, muito inteligente. Tinha dificuldade para falar, talvez consequência do trauma que sofreu na primeira idade, ainda que não se lembrasse do ocorrido. Em 30 de março de 1959, contando com seus 29 anos de idade, casou-se eclesiasticamente, com sua cunhada adotiva Nadir Maria de Jesus. Muito trabalhador e honrado conquistou por seus esforços um pequeno patrimônio. O casal não teve filhos.

Nadir deixou João Augusto viúvo em 22 de junho de 2002 e ele faleceu em Piumhi em 23 de dezembro de 2007. Assim morreu o único sobrevivente da tragédia que consternou o município em 1930 e deu origem à Capela das Cinco Cruzes. Hoje, da ermida resta apenas parte das paredes, as cruzes que marcam as cinco mortes e muitas lembranças e recordações de quem vivenciou aquele sinistro fato de perto ou dele ouviu dizer.

Manifesto aqui meus sinceros agradecimentos: ao senhor Walter Goulart pelas felicitações sobre a trilogia dos Moreira Guimarães, ao Luciano Firmino pela história do Zé Carioca, ao Carlos Farineli pela saga dos Farineli em Piumhi e finalmente a Régis Lobato pela história do Tenente Freitas. A todos o meu sincero agradecimento pelo apoio e registro que é este incentivo que nutre a nossa perseverança no resgate da história e cultura de nossa querida Piumhi.

Fale com autor: professorluismelo@gmail.com

Um padre piumhiense que fez história em Copacabana

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A história de nossa Piumhi guarda fascículos bastante interessantes e curiosos. Uma das mais importantes famílias do século XIX em nossa terra eram os Soares Ferreira que em alguns momentos teve, por motivos desconhecidos, o sobrenome alterado para Soares de Oliveira. A origem desta família na cidade estava ligada ao Guarda Mor João Soares Ferreira e sua esposa Francisca Rosa de Jesus.

O Guarda Mor era filho do português Antônio Soares Ferreira, natural da região de Entre D'Ouro e Minho e Catharina Teixeira, natural de Guarapiranga -- hoje Piranga. Quanto à Francisca Rosa consta apenas que foi exposta [colocada à porta da residência de alguma família para criação]. O provável é que o casal tenha contraído matrimônio em Piranga -- terra natal de Francisca Rosa. Os primeiros filhos do casal nasceram em Piranga e depois de algum tempo decidiu migrar para Piumhi. Assim o fez e aqui acabou de consolidar a formação de sua família composta de 17 filhos, quase todos casados e que deram origem a numerosa descendência que propagaram o sobrenome familiar nesta e em outras paragens.

O título de Guarda Mor ostentando por seu pai, cujo privilégio lhe foi concedido pela proximidade familiar com a fidalguia portuguesa, dava ao distinto nobre brasileiro, de sangue lusitano, a competência de repartir as datas (lotes de jazidas de ouro), bem como de fiscalizar e observar a aplicação dos regimentos e ordenações (antigas leis portuguesas que regiam o Brasil Colônia) em diversos lugares. Talvez tenha sido esse encargo que motivou João Soares Ferreira a abandonar a antiga Guarapiranga para se fixar em Piumhi.

ORIGEM EM PIUMHI

O patriarca da família, Alferes Guarda Mor João Soares Ferreira, faleceu em Piumhi "com todos os Sacramentos" e foi sepultado "dentro desta Matriz" em 9 de janeiro de 1826 (Paróquia N. S. do Livramento de Piumhi: Livro de Óbitos Nº 1, Fls. 70), embora se acredite que esta data não esteja plenamente correta, pois que nasceram após ele duas filhas do casal: uma em dezembro de 1827 e outra em 1830. Já a matriarca, dona Francisca Rosa, faleceu em Piumhi, com "idade de setenta anos pouco mais ou menos" e foi sepultada em 10 de abril de 1855.

Dentre os filhos do importante casal destaca-se Manoel Soares de Oliveira, o qual contraiu matrimônio em 30 de junho de 1841, com Francisca Cherubina das Chagas. Assistiu o casamento o Vigário José Severino Ribeiro, tendo como testemunhas Manoel Alves Pereira e José Soares de Oliveira (seu irmão). A moça também era natural de Piumhi, sendo filha do Alferes (e depois Capitão) Elias Rodrigues da Cunha e Maria Cherubina -- outra importante família piumhiense nesse período. Envolveu-se com a política local chegando a ocupar cargos políticos de elevada importância no município. Teve 15 filhos, dentre os quais um que decidiu se tornar padre cuja história é bastante curiosa.

FILHO EM SÃO ROQUE

O personagem de destaque era o 13º filho do casal.



Chamava-se Joaquim Soares de Oliveira Alvim e nasceu em Piumhi em 17 de janeiro de 1858. Ao completar a idade escolar seu pai, assim como a maioria de seus irmãos, o enviou para o Colégio do Caraça. Foi nesse internato, onde estudaram inúmeras personalidades do país, que o ainda jovem Joaquim descobriu sua vocação sacerdotal. Ordenou-se padre em 18 de julho de 1880 por Dom Antônio Maria Correia de Sá Benevides, Bispo de Mariana.

Foi Vigário da Paróquia de São Roque em São Roque de Minas, onde iniciou seus trabalhos pastorais e construiu família com Maria do Carmo de Andrade, deixando um filho de nome Mário Antenor de Oliveira Alvim -- pelo sobrenome adotado parece ter havido o reconhecimento da paternidade.

MONSENHOR NO RJ

Depois de passar por outras paróquias na Diocese de Mariana, migrou para a Arquidiocese do Rio de Janeiro, onde foi fundador e 1º Vigário da Freguesia de Nossa Senhora de Copacabana em 8 de setembro de 1908. Sua primeira missão foi reconstruir a Igreja do Bonfim. Consciente do crescimento da então Capital Federal foi um dos idealizadores da criação de uma nova Paróquia no Bairro de Ipanema -- sendo considerado o seu fundador. Por seus esforços foi promovido ao cabido de Monsenhor.

Morreu no Rio de Janeiro no dia 10 de julho de 1935, sendo seu corpo sepultado no Cemitério São João Batista, quadra 12, carneira 9.609. Numa de suas últimas disposições escritas, Monsenhor Alvim lavrou "Implorando para meus parochianos todas as bênçãos do céu... deponho nas mãos indulgentes de Deus a minha pobre alma". O Monsenhor Joaquim Alvim foi um dos poucos padres naturais de Piumhi e que deixou seu nome no Rio de Janeiro, então capital federal.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

Os índios caiapós e suas crenças diante da morte

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ALBUMPARTICULAR

O Dia de Finados, comemorado na quinta, 2 de novembro de 2017, nos traz a oportunidade de refletirmos sobre como os piumhienses de outrora se comportavam diante da morte, que é uma realidade que afeta todo ser humano, seja no universo pessoal através do medo de morrer, ou seja, num espectro mais amplo como a perda de uma pessoa da família ou amigo. Diante desta realidade, desde tempos remotos até hoje existiu uma preocupação constante: o que fazer com os mortos. Cada região, motivada por suas crenças e costumes vai incentivar uma prática peculiar. o hábito mais comum é enterrar os mortos: consequência da influência cristão-católica no processo de colonização do Brasil, mas é importante ressaltar que nem sempre foi assim e que esta não é uma regra geral.

O lugar onde hoje está o município de Piumhi foi habitado há muitos anos por dois diferentes povos indígenas: os Caiapós e os Cataguases. Os Caiapós podem ser chamados de “homens das cavernas de Piumhi” em decorrência de terem aqui se estabelecido há milhares de anos e terem como prática habitar em grutas e locas. Acredita-se que o povo Caiapó de Piumhi se extinguiu naturalmente ou que tenha migrado para outras regiões antes mesmo da chegada dos europeus em nosso país. Na crônica de hoje versaremos sobre como essa cultura encarava a morte.

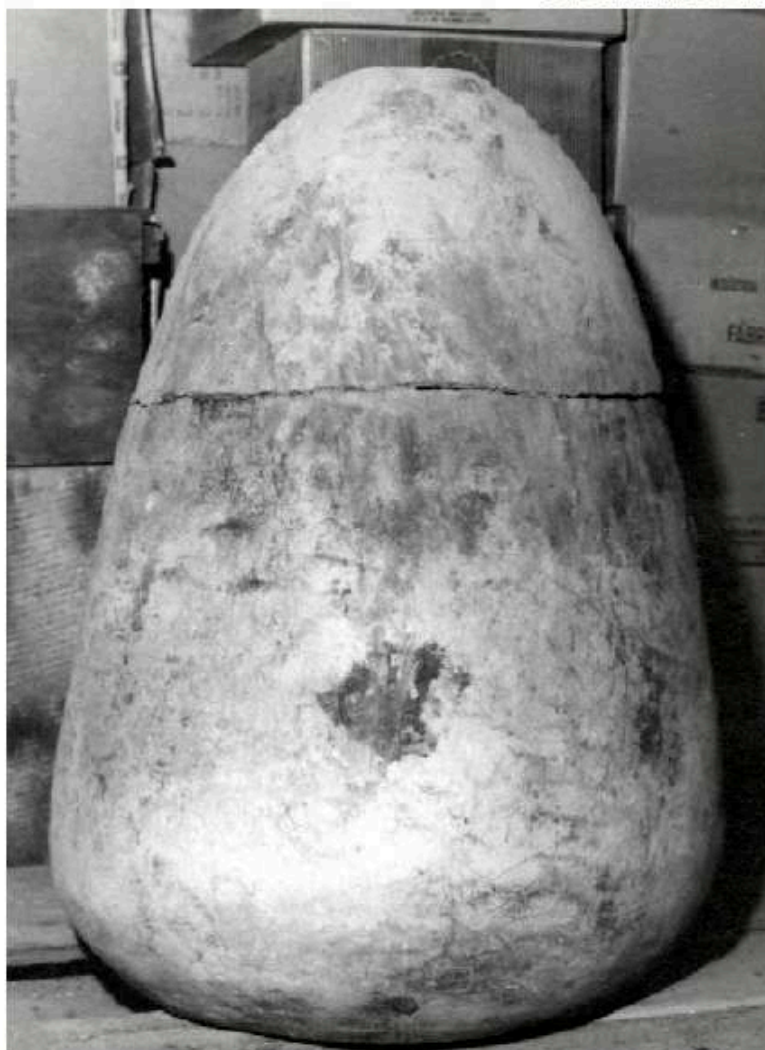
O segundo grupo indígena que aqui viveu foram os Cataguases. Não se originaram por essas bandas, mas vieram seguindo um fluxo migratório rumo ao interior fugindo da fúria dos colonizadores portugueses, de modo especial os “vicentinos” (por causa da Capitania de São Vicente) ou “paulistas”. Viviam nas imediações da serra da Mantiqueira e foram repelidos para “domínios do Tamanduá e do Piumhi”, como ensina o respeitado historiador mineiro Diogo de Vasconcelos.

Dessa forma, estima-se que os Caiapós tenham vivido aqui por centenas de anos. Dada a distância temporal entre nós e aquele povo, torna-se difícil explicar como eles entendiam a morte como eram os seus rituais fúnebres. Outro fator dificultador é o fato de que os Caiapós, como a maioria das nações indígenas brasileiras, não dominavam a escrita. Para que se pudesse jogar luz nessa interessante questão se fez necessário que a história buscasse o auxílio da arqueologia -- trata-se de duas ciências distintas, mas que se complementam.

Não é novidade dizer que o município de Piumhi e seus circunvizinhos possuem em seus subsolos um tesouro arqueológico de riqueza imensurável, embora muito se tenha perdido pela falta de conservação e pela depredação. Em várias épocas quando se arava a terra preparando-a para o cultivo deparava-se com artefatos de origem indígena. A incidência tornou tão contínua que o fato chamou a atenção de inúmeros estudiosos do assunto.

Foi nesse contexto que nas décadas de 1960 e 1970 a região de Piumhi tornou palco de inúmeras expedições arqueológicas, normalmente comandadas pelo professor Ondemar Ferreira Dias Júnior, presidente do Instituto Arqueológico Brasileiro (IAB). Nessas incursões os pesquisadores auxiliados por pessoas de nossa cidade conseguiram resultados muito positivos, no entanto, despertou a curiosidade da população e dos estudantes, que sem treino mais destruíam as relíquias indígenas do que as coletavam.

Um grupo de estudantes encontrou e resgatou uma Igaçaba à entrada da gruta Loca Grande, também conhecida como Loca do Zezé Lopes, no município de Doresópolis. A palavra Igaçaba designa um grande pote de barro de formato oval, utilizado por alguns povos indígenas para guardar água ou outros gêneros alimen-



A urna funerária resgatada na Loca Grande data de 1 mil a 2 mil anos atrás registra a passagem dos índios Caiapós, hoje abrigada na Casa da Cultura Oscar Rocha

tícios e por outros como urna funerária. Nesse caso o formato oval do pote permitia que o falecido fosse colocado em posição fetal para depois ser enterrado. Acreditavam que a prática facilitaria um novo nascimento.

Após análises técnicas e científicas próprias da arqueologia laboratorial descobriu-se que a Igaçaba foi confeccionada em argila, bem cozida, o que deu a peça uma resistência muito grande e uma aparência rústica. Apurou-se também que a urna tinha sua idade estimada entre 1.000 a 2.000 anos. Essa urna representa, provavelmente, o maior tesouro arqueológico encontrado em nossa região até então, podendo ser observada in locu na Casa da Cultura “Oscar Alves Rocha”, de Piumhi.

Alguns integrantes da expedição de resgate da urna funerária afirmaram que no seu interior havia ossos humanos, os quais tiveram destinação desconhecida. A realização de uma análise científica dos ossos permitiriam a reunião de informações importantes sobre o falecido e seus costumes tais como sexo, causa da morte e idade nessa ocasião, tipo de alimentação, além de uma datação mais precisa da ossada e da urna.

Desta forma, os índios Caiapós tinham costume de enterrar seus mortos, porém em urnas de barro cozido, denominadas de Igaçaba. Os sepultamentos eram realizados em pontos fora, mas próximo, das grutas em que residiam ou nas galerias mais profundas destas cavernas. Trata-se de uma ótima oportunidade para que esses estudos sejam retomados e quem sabe tenham culminância na organização de um museu em Piumhi.

Os Caiapós se acabaram e depois chegaram os Cataguases, cujos costumes fúnebres nada sabemos. Com a entrada dos primeiros mineradores na região de Piumhi tivemos duras batalhas entre esses e os indígenas, sendo estes praticamente exterminados. Com a vinda dos colonizadores a forma de encarar a morte mudou em decorrência da influência do pensamento cristão-católico.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

Costume brasileiro que se estendeu a Piumhi nos seus tempos primitivos

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

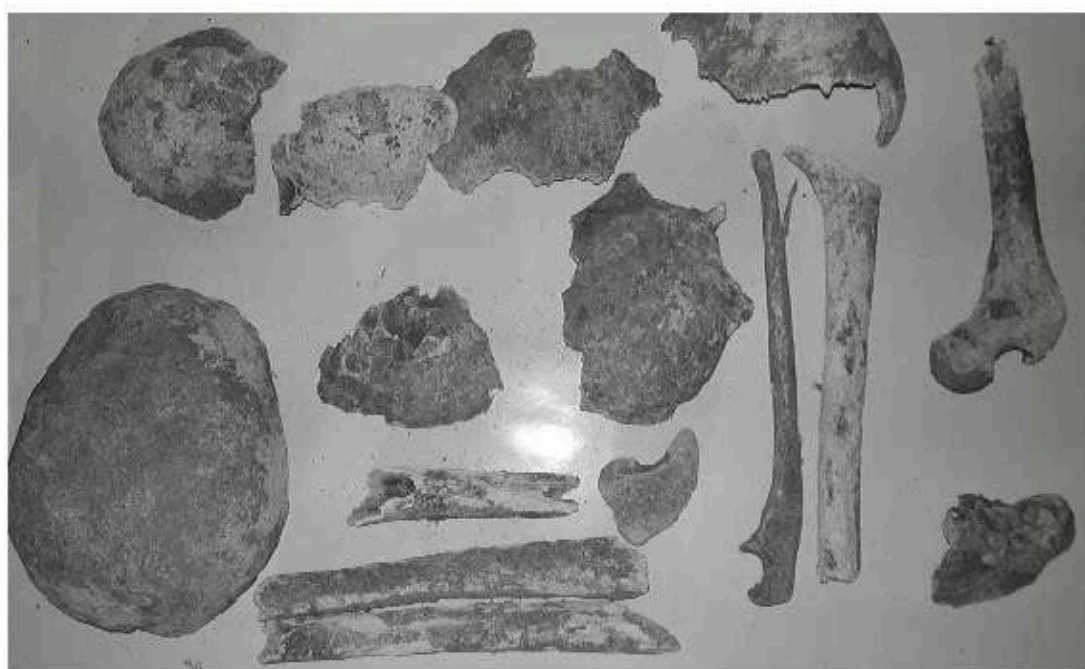
A povoação de Piumhi surgiu no ano de 1731 quando chegaram nessa região alguns bandeirantes paulistas em busca de ouro ou de qualquer outra riqueza fácil. Paralela à fixação desses indivíduos na área, teria sido construída uma capela, que seria um marco religioso e espiritual do arraial que se formava. Os quilombos afastaram os aventureiros que após a destruição destes, retornaram em maior número a partir de 1750. O tempo passava rapidamente e a população foi crescendo. Embora fossem poucas famílias era costume geral de cada uma ter mais de dez filhos. O avanço populacional fez com que o povoado passasse a receber a visita mais constante de um padre. Em 1754 Piumhi teve criada a Freguesia (Paróquia Episcopal) pelo Bispo de Mariana.

Naturalmente, algumas pessoas morriam, surgindo um problema para os moradores do arraial, vez que este não possuía cemitério. Diante da questão, o sacerdote sugeriu que os mortos fossem sepultados dentro da capela ou que se construíssem uma necrópole. O sepultamento dentro de Igrejas era costume utilizado em todo Brasil na época da Colônia até meados do Império.

Os habitantes, talvez por ser mais cômodo ou por influência religiosa, escolheram sepultar os seus mortos na pequena Capela, que rapidamente encheu, sendo necessário iniciar os enterros no adro da igreja (o terreno de frente e ao redor de uma igreja). O enterro dos mortos em igrejas era forma de mantê-los mais próximos de Deus e de seus familiares vivos, além do templo ser um lugar sagrado e abençoado. Tão logo a pequena capela original deu lugar a uma Matriz de duas torres, erguida em semelhança à Catedral de Mariana, sua sede diocesana.

‘MANOEL INOCENTE’

Algumas cidades históricas ainda mantêm em plena atividade os cemitérios no seu entorno. A orientação tomou-se regra e ninguém permitia que um familiar falecido fosse sepultado fora



Ossos humanos encontrados durante a reforma da igreja de São Roque antigo distrito de Piumhi que também teve na sua Matriz o primeiro cemitério

de uma Igreja. Na ocasião nossa região foi visitada pelo botânico e naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1819, este afirmou que “os brasileiros fazem muita questão de serem enterrados em igrejas”, e mais adiante, na mesma obra, dá-nos um exemplo concreto dessa obsessão “o cura de Piui não permitia que se os enterrasse na capela de que falei há pouco [Capela de São Francisco de Vargem Bonita], transportavam-se os corpos nas costas de homens, da serra até à Vila, e para servir de expressão do lavrador em cuja casa dormira a duas léguas da cachoeira, os carregadores chegavam quase no mesmo estado que aquele que levavam a enterrar” (sic).

Os sepultamentos no interior e no adro da pequena capelinha se iniciaram paralelamente ao surgimento do arraial, entretanto, somente a partir de abril de 1816 passaram a ser feitos os registros eclesiásticos de óbitos na Paróquia Nossa Senhora do Livramento de Piumhi, talvez por uma orientação do Bispo. O primeiro registro do livro consta o falecimento de Manoel, cujo teor é: “Manoel - Aos dezessete de abril de mil oitocentos e dezesseis se deu o sepultamento dentro desta Matriz a Manoel inocente filho legítimo de Joaquim Antônio da Silva e Escolástica Francisca Gondinho, cujo foi encomendado por mim e para constar fiz esse assento que assino. O Vigário José Severino Ribeiro”.

Os sepultamentos no adro

eram contemporâneos aos realizados no interior da igreja, uma vez que um registro datado de 25 de abril de 1816 faz alusão ao sepultamento de “Rita inocente”, que teria sido “no adro desta Matriz”. Um registro de 25 de setembro de 1816 traz a informação: “se deu a sepultura dentro, no Alpendre desta Igreja”.

FORRADA E CAMPADA

Ao procurar uma explicação para os critérios de sepultamentos dentro ou no adro da igreja Matriz nada foi encontrado nos livros de óbitos, no entanto, ao analisar o livro de Receitas e Despesas da Paróquia N. S. do Livramento, que serviu ao uso de 1815 a 1866, o critério apresenta-se, relacionado ao valor das esmolas pagas pelas sepulturas.

Na Visita Pastoral de 1825, o Bispo de Mariana, Dom Frei da Santíssima Trindade, afirmou que “A igreja matriz é de taipa e fabricada de pouco tempo novamente e por ora só tem um altar (...) não é grande, mas está forrada e campada”. Essa citação nos dá a ideia de que a igreja teria sido construída por essa época. A palavra campada é uma variação de campa, que designa sepultura – corroborando a afirmação de que ela foi o primeiro cemitério de Piumhi. Por questões sanitárias e por falta de espaço não demorou surgir a necessidade da construção de um cemitério, mas essa já é uma outra história.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MEMÓRIA PIUMHIENSE: CEMITÉRIO ECLESIÁSTICO

Quase um século no coração da cidade

ARQUIVO DO AUTOR/ ILUSTRAÇÃO



Erguido pelos padres Balbônios em meados do século XIX o cemitério eclesiástico ocupava quarteirão hoje central da cidade

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Dando continuidade à história da cerimônia fúnebre em Piumhi dedicaremos algumas linhas sobre o Cemitério Eclesiástico. As autoridades políticas de Itapeerica e depois de Formiga, que respondiam pela administração dessas terras nas quatro primeiras décadas do século XIX, não se preocuparam em edificar uma necrópole na cidade e os mortos continuavam sendo sepultados na Igreja e seu adro.

Ocorre que a população foi aumentando e surgiu a necessidade da instalação de um cemitério, mas essa ideia sofria forte resistência dos moradores, pois todos queriam desfrutar do eterno sono em solo sagrado. O primeiro passo para dotar nossa cidade de um campo-santo seria superar e apagar os velhos preconceitos, removendo os obstáculos que dele decorriam.

Convencer as pessoas de que elas não seriam mais sepultadas na Igreja, no terreno abençoado não foi uma tarefa fácil, e isso não foi uma particularidade de nossa cidade, vez que muitos outros lugares tiveram a mesma dificuldade. Somente os ministros da Igreja poderiam, com muito esforço, mudar o ideário popular e remodelar as crenças. Talvez por achar a situação vigente mais cômoda ou por acreditar que não tinham condições de assumir o empreendimento do cemitério, o projeto não tomou rumos concretos.

OS FRADES BALBÔNIOS

Essa realidade cultural só mudaria depois de 1850, ocasião em que a comunidade científica já chamava a atenção para os perigos da convivência contínua entre vivos e mortos. Nesse contexto, chegaram a Piumhi, em 1852, os Freis Capuchinhos (também chamados de Balbônios): Francisco Coriolano, Eugênio Maria Genova e Arcanjo da Assunção. Vieram com objetivo de fazer missão, mas a semente mais produtiva que fizeram germinar em nossa terra foi convencer os habitantes sobre a necessidade de se construir um cemitério. Não só fizeram o piumhiense superar as suas antigas crenças, mas arregaçaram as mangas de seus hábitos e se puseram à frente do povo para tornar concreta a proposta.

Os frades convocaram os moradores para a construção do cemitério: homens e mulheres, sob a liderança dos religiosos, carrega-

ram pedras para o erguimento dos grossos muros que circundariam o campo-santo. O encargo seria penoso, mas foi exercido de forma penitencial e processional sob a cantiga de melodias religiosas. As pedras foram trazidas das Capoeiras, no local além do córrego das Magrinhas, que por muito tempo abasteceu de água a nossa cidade. Depois de três meses de muito trabalho o cemitério ficou pronto e passou a ser administrado pela Igreja – daí o seu nome: Cemitério Eclesiástico, que significa pertencente à Igreja.

ERGUIDO ‘NO MUQUE’

Ainda sobre a construção do Cemitério Eclesiástico, o redator do Alto S. Francisco de 1932 registrou que: “a multidão de fiéis, sem distinção de cores e classes, posições sociais e sexos, pôs-se em ação, impulsionada pelo verbo candente dos ministros de Deus, e em poucos dias estava concluído o Campo Santo que foi até agora o lugar do eterno repouso dos entes queridos. Conta-se que os pobrezinhos, à mungua de outros meios, carregavam, à cabeça, pedras, areias e outros materiais de que havia mister para a conclusão da custosa obra”.

O historiador Oscar Alves Rocha coloca em dúvida a época da construção do cemitério, em sua obra “Calendário Histórico de Piumhi” afirmando: “1828 - Foi construído pelos Padres Balbônios, o Cemitério Eclesiástico, no quarteirão onde se localizam o Correio, o Fórum, o Grupo Escolar Josino Alvim, o Posto Esso e várias residências”. No entanto, de acordo com os livros de óbitos da Paróquia Nossa Senhora do Livramento, os sepultamentos continuavam a ser realizados no interior e no adro da Matriz. Diante de uma apurada pesquisa nesses registros pode-se constatar que o último sepultamento ocorrido no interior da igreja teria sido realizado aos 20 de agosto de 1852, e no adro aos 23 de setembro do mesmo ano, colocando em cheque a data definida por Oscar Rocha.

Já Dom Manoel Nunes Coelho, em o “Bispado do Aterrado”, advoga que “O território da paróquia possui dois cemitérios, sendo o 1º mais antigo, erecto em 1852 e interditado em 1932 pelo Vigário Bernardo Fernandes Nogueira, de pleno acordo com o prefeito da época, Dr. João Alberto da Fonseca e com a devida autorização do Exmo. Snr. Bispo Diocesano” (sic).

‘ÚLTIMOS SUSPIROS’

Embora o arquivo paroquial seja bem organizado, os livros de óbitos existentes não determinam a data de construção do Cemitério Eclesiástico, nem mesmo cita se o sepultamento foi realizado naquelas instalações. Nos registros consta apenas “sepultou-se a”, termo que passou a ser utilizado de forma contínua a partir de 1852, o que dá margem a duas interpretações históricas: 1º) Cemitério Eclesiástico tenha sido construído em 1828, conforme aponta Oscar Rocha, mas os católicos continuavam fazendo questão de serem sepultados no interior da igreja e no seu adro; 2º) A data correta da edificação do Cemitério Eclesiástico seria o ano de 1852, como definiu o primeiro bispo de Luz, pessoa capacitada para tal informação, além dos livros de óbitos corroborarem essa ideia, sendo possível um lapso ou equívoco de Rocha, que não cita as fontes de sua pesquisa. Essa questão seria solucionada no Arquivo Eclesiástico de Mariana, onde poderíamos localizar uma autorização episcopal para a construção do cemitério ou para proceder a sua bênção.

O historiador José Cristóvão de Lima explicou que: “o primeiro [cemitério] surgiu em 1852, por iniciativa três frades Bourbonnes (...) pregando em missão em nossa terra, levantaram a ideia de se construir um cemitério e dirigiram as obras de sua construção”. A informação de Lima faz sentido, vez que os mesmos padres, no mesmo período lideraram a construção de um cemitério na cidade vizinha de Passos.

Edificado na periferia da cidade, não demorou muito para que ocupasse a parte central da cidade. O campo-santo teve uma vida longa servindo a população piumhiense por quase um século, boa parte desta história registrada, embora sem detalhes, nos livros de óbitos da Paróquia Nossa Senhora do Livramento de Piumhi. Com o crescimento da cidade tomaria um grave problema para a municipalidade: o cemitério se tomou um perigo sanitário, além de não se permitir nele os sepultamentos de pessoas que não fossem católicas. Na próxima edição veremos como a população piumhiense enxergava o Cemitério Eclesiástico nos seus últimos suspiros de vida.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

O Cemitério Eclesiástico nos seus dias de agonia

A visão do piumhiense sobre o antigo Campo Santo

ALTO ARQUIVO

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O Cemitério Eclesiástico serviu à população de Piumhi de 1852 à 1932: foram exatos 80 anos. Nesse intervalo estima-se que tenham deitado à sepultura mais de 10 mil pessoas. As esmolas recebidas pelo Conselho da Fábrica pelos sepultamentos mal davam para pagar as despesas imediatas faltando e muito para sua conservação e manutenção. As linhas que seguem procuram mostram como os piumhienses enxergavam o Cemitério Eclesiástico nos seus últimos anos de funcionamento.

Na ocasião de sua interdição, em 1932, a imagem que a população visualizava sobre a antiga necrópole foi muito bem definida pelo redator do ALTO S. FRANCISCO através das palavras: “*a permanência do antigo cemitério eclesiástico, em pleno coração da cidade, com seus vetustos (muito velhos) muros mais negros do que o negror do fundo dos túmulos que ele encerra, qual representação concreta da própria morte, era não só uma ameaça constante e apavorante à saúde pública pelas mortíferas emanações que se exalavam, em consequência de sua supersaturação de matérias orgânicas decompostas, como também uma prova esmagadora contra os nossos créditos de povo civilizado e culto*” (...) já centenário, com seu aspecto lúgubre, tétrico e apavorante, no centro da cidade, como que avivar em nossas almas a certeza de que somos pó e em pó nós tornaremos, além de mefitizar o ambiente” (ALTO, edição nº 472 de 20/03/1932).

O ‘FOGO-FÁTUO’

O piumhiense Ovídio Arantes de Melo teceu suas lembranças deste cemitério, cujas palavras merecem registro: “*Lembro que tinha um muro muito largo e preto, era construído de pedra e em suas fendas brotaram capins e matos. O portão do cemitério era de madeira, dividido em duas partes bilaterais, sendo que a parte inferior era maciça e a superior, mais ou menos do meio para cima, tinha formato de grades. Lembro-me que esse portão era todo trabalhado. No fundo do cemitério, onde é hoje a Escola Municipal Josino Alvim, alguns meninos da cidade, fizeram um campinho de futebol, eu mesmo joguei bola nele, mas apesar de estarmos em terreno do cemitério, tínhamos muito respeito, algumas vezes passando a enxada para nivelar o campo encontramos ossos, os quais, com cuidado colocávamos próximo ao muro. Havia de frente o cemitério, mas fora um grande cruzeiro, o qual parecia ser muito antigo*”.

Dona Hebe Bruno, também relatou algumas palavras sobre a antiga necrópole: “*Era bem pequena, por isso estudei na Escola da Dona Lidinha, meu pai quase não me deixava sair de casa, por isso tive poucas oportunidades de vê-lo. Mesmo assim, me lembro que vivia sempre de portão fechado e que tinha muitos ossos expostos, devido as covas não serem bem feitas. Quando criança a gente tem medo, mas sempre alimentamos uma certa curiosidade, por isso, um dia eu e meus colegas decidimos fugir da escola, e o objetivo era claro: conhecer o cemitério e matar nossa curiosidade. Nessa ocasião lembro de ver um fenômeno denominado fogo-fátuo (inflamação espontânea de gases emanados de pântanos e sepulcros), o que na condição de crianças acreditávamos fielmente ser um fenômeno sobrenatural, fantasmagórico, e o medo tomou conta de nós, mas não podíamos falar*



Padre Bernardo Fernandes Nogueira, morto em julho de 1937; pároco de Piumhi por ocasião da interdição do Cemitério Eclesiástico em 1932

nada para ninguém”.

A CASA DAS ROSAS

Continuando, Hebe Bruno recorda que “*uma das casas mais próxima do Cemitério Eclesiástico, ladeada ao seu muro direito, era a residência da família italiana Camarano, situada próximo ao entroncamento das ruas Artur Rodrigues da Costa (antiga rua Osvaldo Cruz) e Miguel Couto -- esta residência ficou famosa por ter em sua fachada várias rosas esculpidas, o que lhe rendeu o cognome de Casa das Rosas. Nesta moradia nasceram e foram criados os filhos do casal Francisco e Ana Camarano, dentre os quais Conceição Camarano Agresta, que relatou suas lembranças do inusitado vizinho: ‘Nasci e cresci nessa casa, então, desde pequena convivia naquele ambiente o que fez com não tivéssemos medo, lembro que às vezes sentávamos à porta do cemitério e cantávamos’. Havia também alguns meninos que se vestiam de branco e andavam por cima do largo muro querendo nos assustar, mas logo identificávamos e eles ficavam sem graça. Ao contrário do que todo mundo pensa, o cemitério era muito grande, seus muros eram escuros e sujos, quem não o conhecia ficavam impressionados, pois ele por suas características dava mesmo uma sensação de medo. Era muito desorganizado e sujo, quase não recebia visitas, exceto quando levavam alguém a enterrar. Tinha um grande cruzeiro na sua frente, e quando armava chuvas muito pesadas o povo prostrava aos seus pés a rezar com muita fé. Lembro também que foi realizada uma reunião para decidir se depois do traslado o terreno tornaria praça ou se seria loteado, esta última alternativa venceu e assim foi feito*”.

Assim o Cemitério Eclesiástico era visto como a expressão viva e apavorante da morte. Sua saturação e decadência eram tristes realidades. Constava ainda como uma grande ameaça à saúde pública. Sua mudança era inevitável, mas alguns fatos ocorridos pouco antes da virada do século marcaram um prazo para seu fim.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

MEMÓRIA PIUMHIENSE:

A Revolução de 1930, Interdição do Cemitério Eclesiástico e a Inauguração do Campo Santo da Saudade no Pindaíbas

“Esse cemitério, chamado dos ‘protestantes’, data de 1904”

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Quanto mais o tempo passava mais o problema da disparidade religiosa se agravava: os fiéis ligados aos protestantes aumentavam e os padres continuavam irredutíveis quanto ao sepultamento deles na velha necrópole. O Cemitério Municipal passou seus primeiros trinta anos quase que no completo abandono: mais parecia um pasto para gado do que lugar de descanso eterno.

Depois de ter nivelado o terreno adquirindo a propriedade do patrimônio de Nossa Senhora do Livramento, o Coronel Fidelis teve seu mandato extinto em decorrência da Revolução de 1930 que colocou Getúlio Vargas no comando do país, mesmo tendo perdido as eleições para seu opositor Júlio Prestes. Ao chegar ao poder, Vargas dissolveu a Constituição de 1891, extinguiu o Poder Legislativo fechando todas as casas legislativas (âmbito federal, estadual e municipal), nomeou interventores para governar os estados e estes nomeavam os prefeitos para a administração dos municípios. Os agentes do Executivo passaram a governar através de decretos. O objetivo dessa reestruturação administrativa estava na busca da neutralidade da força política dos coronéis que comandaram através do “voto de cabresto” o sistema eleitoral durante toda República Velha (1891 a 1930).

O único estado que teve seu “Presidente de Estado” (atual cargo de governador) eleito preservado foi Minas Gerais, vez que Olegário Maciel deu pleno apoio ao “golpe” ou “revolução” comandada por Vargas. O dito Maciel nomeou para o cargo de Prefeito de Piumhi um belo-horizontino chamado João Alberto da Fonseca. O Doutor Fonseca, como era chamado, reunia as condições discricionárias para afastar o cemitério do centro da cidade, todavia utilizando de sua capacidade e inteligência preferiu a via conciliatória. Na primeira entrevista que deu ao **ALTO S. FRANCISCO** disse que o antigo problema do cemitério: “era objeto de cogitações suas e que seria, com auxílio do rev. pe. Bernardo Nogueira, definitivamente fechado”.

CARTADA FINAL

O **ALTO**, através de seus colaboradores na década de 1920 e de modo mais incisivo a partir de 1930, passa a disseminar a necessidade da interdição do antigo campo santo. A atitude do jornal era praticamente uma “campanha declarada”, contudo destruir ou modificar uma cultura e os costumes bicentenários não seria uma tarefa fácil. Cumpre registrar o importante papel que o Dr. Abel de Moraes Belo, advogado e Promotor de Piumhi, teve na conscientização sobre a necessidade da transferência do Campo Santo.

Pela mediação incansável do Padre Bernardo Nogueira junto ao Bispo do Aterrado (hoje Luz) Dom Manoel Nunes Coelho, o Dr. Fonseca conseguiu a tão sonhada interdição, já nessa ocasião com apoio geral da população. O decreto municipal de nº. 39 de 22 de setembro de 1932, cujo texto determinava a interdição do Cemitério Eclesiástico, passando os sepultamentos a serem realizados exclusivamente no Cemitério Municipal, que a partir de então ficou denominado Cemitério da Saudade.

Enquanto o Cemitério Eclesiástico estava saturado o Municipal já estava em ruínas como descreveu o redator do **ALTO** de 20 de março de 1932, na edição 472: “lá do seu apazível assento poético no bairro das Pindaíbas, esboroando-se, carcomido



D. Manoel Nunes Coelho, bispo do Aterrado, hoje Luz, que assinaria a interdição do cemitério eclesiástico em 1932

pela voracidade do tempo inclemente, em abandono quase que absoluto, só sendo utilizado de quando em quando para o enterramento das ovelhas transviadas da grei católica”.

Todavia antes da cartada final no velho cemitério, o já antigo “Cemitério Municipal” foi reformado: a antiga capelinha, quase em ruínas, foi reformada de modo a servir de necrotério, velório e para se celebrar o ofício da missa, ficando o prefeito responsável por dotá-la dos instrumentos e paramentos necessários.

A RIXA RELIGIOSA

O ato foi valorizado pelos piumhienses esclarecidos da época destacando os dois personagens centrais da empreitada: “memorável melhoramento que nos proporcionou a atual administração municipal, sobre a esclarecida e patriótica orientação do exmo. smr. dr. João Alberto da Fonseca, digníssimo Prefeito Municipal, proficuamente secundado neste particular pelo espírito atilado e prudente do revmo. pe. Bernardo Fernandes Nogueira, virtuoso e infatigável Vigário desta freguesia e pelo bom e proverbial bom senso do nosso povo” (**ALTO S. FRANCISCO**: edição de nº 472 de 20/03/1932).

Ao que parece, as rixas entre católicos e protestantes ainda continuou por algum tempo, mesmo que os dois grupos utilizassem o mesmo cemitério, como explicou o historiador piumhiense e testemunha ocular da inauguração do Cemitério da Saudade Jorge Lasmar: “(...) Esse cemitério, chamado dos ‘protestantes’, numa das saídas da cidade, as ‘Pindahibas’, data de 1904. A Igreja não permitia o sepultamento dos protestantes no cemitério de sua propriedade e, se não me falha a memória, tinha 12 anos, quando foi procedida sua bênção, uma parte no ângulo esquerdo não recebeu a água benta, tornando-se espaço reservado para sepultamento dos protestantes (...)”. Lasmar não explicou que o “cantinho dos protestantes” seria o ângulo esquerdo para quem estava dentro do cemitério e de frente ao portão principal, ou seja, para quem entra seria o cantinho do lado direito logo à entrada.

No próximo e último capítulo dessa história teremos a oportunidade de descrever o destino do antigo cemitério de Piumhi.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

O início das atividades no Cemitério da Saudade e o golpe derradeiro no Cemitério Eclesiástico

‘Não haveria espaço separado para sepultamento de suicidas’

ÁLBUM DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Com o andamento das negociações de interdição do cemitério velho e a reforma do novo, o prefeito João Alberto da Fonseca criou um Regulamento para o Cemitério Municipal de Piumhi, publicado no ALTO S. FRANCISCO na edição do domingo, 31 de janeiro de 1932, buscando regularizar as questões fúnebres em Piumhi.

O documento conservava grande rigor organizacional. Dentre as suas exigências destacavam-se os seguintes pontos: proibia-se os sepultamentos coletivos; estabelecia que as sepulturas tivessem 1,70 metros de profundidade, 1,00 metro de largura e 2,00 metros de comprimento para adultos e 1,50 metros para crianças; as cameiras eram admitidas e não poderiam receber mais de um cadáver antes de cinco anos; não permitia o sepultamento de um corpo antes de decorrido o prazo de pelo menos 24 horas depois da morte verificada e atestada pela autoridade legal; nenhum enterramento se fará sem a apresentação do atestado de óbito; não haveria espaço separado para sepultamento de suicidas; proibia-se fazer reuniões tumultuosas e “caminhar sobre as sepulturas, tirando ou tocando objetos sobre elas depositados”.

O extenso regulamento composto de 46 artigos estabelecia ainda que “haverá no cemitério um lugar separado onde se sepultarão, à proporção que forem desenterrando, às ossadas extraídas das covas comuns”.

A bênção canônica do novo Campo Santo da cidade foi procedida pelo padre Bernardo Nogueira às 9 horas da manhã do dia 22 de fevereiro de 1932, tendo também celebrado uma Missa com a presença marcante de boa parcela da população piumhiense. Na mesma data o Dr. Fonseca assinou o decreto de interdição do velho cemitério selando de forma definitiva o destino da antiga necrópole.

OSSÁRIO 1938

Segundo José Cristóvão de Lima o Cemitério da Saudade, nessa nova fase teria sido inaugurado com o sepultamento de dona Olinda Gonçalves, sogra do advogado promotor de Piumhi e grande propagandista da mudança do Cemitério Dr. Abel de Moraes Belo.

Desde a interdição Cemitério Eclesiástico ficou permitido aos familiares proceder as exumações dos restos mortais de seus entes, desde que houvesse mais de cinco anos de falecimento. Poucos as fizeram talvez pelo povo acreditar que a velha necrópole continuaria ali por muitos anos ainda.

Seis anos depois da reinauguração do novo campo santo, em 1938, começou-se a abrir as sepulturas comuns para retirada dos ossos e abrir espaço para novos sepultamentos. Para depositar os ossos foi construído um Ossuário que consta de um túmulo comum com uma lápide que até pouco tempo se conservava embora as escritas tivessem se sucumbido pelo tempo.

Na extremidade ergue-se uma

coluna onde há uma abertura fechada com uma placa de pedra parafusada, percebe-se que nela foi esculpida uma caveira e dois ossos cruzados e escrito “Ossário 1938”. A placa de pedra está parafusada e se encontra ladeada por dois jarros, um de cada lado, e que lembram umas funerárias para cinzas, e logo acima da abertura há uma imagem de São Miguel empunhando com uma espada (a qual se encontra deteriorada), com os pés sob um monstro que simboliza o demônio e com o dedo indicador da outra mão aponta para o céu como se desse um recado aos que por ali passassem.

Recentemente a pedra original se partiu e foi substituída por uma laje de ardósia, mas nenhuma inscrição há nela. É provável que quando as transladações se tornaram compulsórias, os restos mortais dos falecidos cujas famílias ficaram inertes tenham sido depositados nesse monumento. Supostamente esse jazigo foi dedicado aos falecidos no tempo do vigor do Cemitério Eclesiástico.

ESTÉTICA FÚNEBRE

Fazia mais de 10 anos que o antigo cemitério estava interdito, mesmo assim continuava a ser um problema, causando ainda muita polêmica: alguns queriam retirá-lo dali, justificando-se em sua estética fúnebre e fantasmagórica no coração da cidade e pelo fato de ser muito pouco visitado; outros queriam que fosse mantido no mesmo local, por achar que mexer com os mortos era um desrespeito. Daqueles que queriam sua remoção havia os que desejavam transformar a área em praça e outros que achavam melhor que o terreno fosse loteado.

Em 1944 o país ainda respirava os ares do Estado Novo e tentando solucionar o impasse do Cemitério Eclesiástico o Prefeito Artede Almada Alvim, baixou a Portaria Nº. 159, de 12 de setembro de 1944, que permitia as exumações deste cemitério. Segue a transcrição *ipsi litteris* da referida nedida:

“Portaria nº. 159: Permite exumações no Cemitério Central. O Prefeito Municipal de Piumhi, usando da atribuição que lhe confere o art. 12, nº. III, do decreto-lei federal nº. 1202, de 8 de abril de 1939, decreta: Art. 1º. – Fica permitida a transladação, após exumação regular, dos restos mortais sepultados no Cemitério Central da cidade, já interdito por tempo suficiente, mediante requerimento ao Prefeito, os quais se processarão de acordo com a ordem de entrada dos pedidos. Parágrafo único – O requerimento a que se refere este artigo, é livre de taxas, de selos e quaisquer outros emolumentos. Art. 2º. – O prazo para exumações será de cinco meses, a contar da data desta Portaria. Art. 3º. – A Prefeitura concederá, no Cemitério da Saudade, gratuitamente, área igual à ocupada pelo monumento do cemitério antigo, de modo a assegurar a reconstrução dos túmulos e carneiras, mausoléus e monumentos perfeitamente idênticos aos então existentes. Art. 4º. – Depois de cinco



Encimado pela imagem de São Miguel e um pouco descaracterizado o Ossário 1938 que guarda restos mortais do antigo cemitério abaixo sua placa de identificação



mêses a Prefeitura promoverá, ex-ofício, a exumação coletiva das sepulturas restantes, mediante escrupulosa fiscalização e respeito, encerrando todos os despojos em grandes urnas, as quais serão levadas, procissionalmente, para o novo Cemitério da Saudade. Art. 5º. – As urnas para remoção de despojos serão, em tudo, de acordo com as recomendações da Diretoria de Saúde Pública e todas as instruções serão dadas na Prefeitura, por intermédio da Secretaria. Registra-se e publique-se. Piumhi, 12 de Setembro de 1944. Artede Almada Alvim – Prefeito, Osmany Lima – Secretário”.

Por esta portaria estaria totalmente resolvida a questão do Cemitério Eclesiástico no centro da cidade. No seu lugar abriu-se um enorme espaço vazio que foi com o passar do tempo preenchido com residências e prédios públicos: Correio, Fórum, Batalhão da Polícia Militar, Escola Municipal Jo-sino Alvim. No entanto, acreditasse-se que no subsolo desses prédios ainda existam muitos resquícios da época do cemitério.

Por sua vez o Cemitério da Saudade, devido à superlotação, teve que ser ampliado diversas vezes. O cemitério ao mesmo tempo em que é uma instalação de descanso eterno dos falecidos é uma ótima fonte de pesquisa histórica, além de encerrar milhares de histórias de vida nas suas lápides tumulares.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Coronel João Domingos de Melo e Dona Milota

A SSVp de Piumhi nasce no casarão da rua Direita



O antigo casarão no início da hoje rua Marechal Floriano Peixoto onde aconteceu a reunião de fundação da SSVp em 1901

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A primeira Conferência Vicentina de Piumhi, dedicada à Nossa Senhora do Livramento de Piumhi, foi fundada em 7 de abril de 1901. O encontro foi realizado na residência de Dona Carlota Augusta Leopoldina e Mello. Ao abrir as portas de sua casa em favor da pobreza piumhiense, com certeza, pode-se dizer que essa mulher foi a primeira benfeitora da Sociedade São Vicente de Paulo em Piumhi. Mas quem era essa senhora que nos idos de 1901 possuía uma ampla casa, em local privilegiado que pudesse abrigar uma reunião composta de quase uma centena de homens de bem de nossa sociedade?

Dona Carlota, carinhosamente chamada de Dona Milota, era natural da Cidade de Pomba (hoje Rio Pomba – localizada na Zona da Mata Mineira), onde nasceu possivelmente no ano de 1855. Seus genitores eram Fancelino José Cardoso e Dona Anna Rosa da Silveira. Após a viuvez seu pai teve outros filhos com Dona Marianna Procópio da Anunciação. Com sua família migrou-se para Piumhi em época incerta. Aqui se tornou mulher e quando todos pensavam que seria beata, decide, aos 34 anos de idade, tratar o casamento com o viúvo João Domingos de Mello – que na época do casório contava com pouco mais que dobro da idade da nubente: 70 anos.

CORONEL DA GUARDA

O pretendente era natural de São João Del Rei, sendo filho “natural” de Beatriz Maria da Assumpção – certamente, naquela sociedade carregada de preconceitos e patriarcal, ela deve ter sofrido muito para criar seu filho. Este por sua vez soube honrar os esforços maternos, pois ao custo do cabo de uma enxada conseguiu galgar posição privilegiada social, econômica e política, chegando a ser agraciado com a patente de Coronel da Guarda Nacional. Ocupou o cargo de Presidente da Câmara Municipal de Piumhi (equivalente ao atual cargo de Prefeito) entre os anos de 1876 a 1878.

Na época do casamento, o Coronel era viúvo de Maria Umbelina de Rezende, com quem havia se casado no ano de 1880. Depois 9 anos de vida conjugal, no dia 31 de agosto de 1889, vítima de uma hidropisia (acúmulo de líquido nas cavidades do corpo, provocada por distúrbios circulatórios) dona Maria Umbelina não resiste e se entrega à morte. Ao que tudo indica o casal não deixou filhos.

Certos do decidido, João e Carlota, procuram o vigário da Paróquia, José Florêncio Rodrigues, chamado carinhosamente de “Padrinho Vigário” (apelido legado pela estima do povo de Piumhi para com seu pároco de quase cinquenta anos). Acertaram o casamento “segundo os costumes do Império” para as 20 horas do dia 11 de novembro de 1889, numa segunda-feira. O local: casa dos pais da noiva. A exigência republicana do casamento civil obrigou ao casal a apresentar um atestado do vigário para sua convalidação segundo os ditames da lei, tendo feito isso em 26 de novembro.

VIÚVA NA GRAVIDEZ

Após o casamento Dona Carlota engravida daquele que seria seu primeiro e único filho. O nascimento da criança era esperado para agosto de 1890. Contudo, Dona Carlota se vê surpreendida com a morte repentina de seu marido ocorrida no “lugar denominado Araras, desta Parochia” no dia 22 de maio de 1890 – exatos seis meses e onze dias após o casamento. Apesar de contar seus pouco mais de 70 anos, João Domingos viu-se vítima de uma apoplexia (afecção cerebral que surge inesperadamente, acompanhada da privação do uso dos sentidos e/ou da suspensão dos movimentos) que ceifou sua vida antes mesmo de ditar suas disposições de última vontade.

Dona Carlota, viúva em meados de sua gestação viu-se obrigada a buscar amparo de seu pai e procurar meios de se sustentar numa época em que o custo de vida era bastante elevado. No dia 11 de agosto de 1890, às “cinco horas e três quartos” nasceria o filho varão do Coronel João Domingos de Mello e Dona Carlota. Porém, sua alegria não foi completa faltava a presença do marido. Após o nascimento a luta prosseguia e como católica que era nunca deixava de esperar dias melhores. Levou o menino à pia batismal, em 8 de setembro de 1890, o qual recebeu o nome do pai, forma encontrada pela mãe de homenagear o seu genitor morto há pouco mais de três meses. O “Padrinho Vigário” presidiu a celebração e os padrinhos foram Doutor Henrique Augusto de Mello e Sena, médico residente em Araxá, Maria do Carmo da Silveira Palhares, residente na Freguesia de São Roque.

FUNDAÇÃO DA SSVp

Viveu uma vida simples num casarão de estilo colonial no princípio da Rua da Direita (considerando a Igreja Matriz como

referência – hoje Marechal Floriano Peixoto). Na virada do século a crise se generalizava e via-se que sonhada república não fora capaz de extirpar os problemas brasileiros como havia se pronunciado anos antes para justificar o “golpe” dado a Pedro II. A pobreza só aumentava e uma ação caritativa se fazia necessário. Foi nesse contexto que alguns eminentes homens de nossa sociedade se uniram para fundar a Sociedade São Vicente de Paulo em Piumhi. A fila foi puxada por Cândido Prado, mas precisavam de um lugar amplo para se reunirem, pois a Igreja Matriz antiga estava praticamente em ruínas. Foi nesse momento que Dona Carlota Augusta abre as portas de sua casa para servir de palco para um dos mais importantes acontecimentos dos anos iniciais do novo século: a fundação da SSVp em Piumhi.

Em 28 de abril de 1901 novamente as portas de sua casa se abriram para que outra iniciativa nobre ocorresse: a reunião de um grupo de 99 mulheres a fim de que elas fundassem “A Conferência das Filhas de São Vicente de Paulo em Piumhy” – uma conferência feminina – fato desconhecido na história da SSVp em qualquer lugar do mundo. Uma forma adotada pelas damas de nossa cidade de ajudar os respectivos companheiros na luta contra a pobreza e a miséria.

Com exceção do encontro de fundação as primeiras 25 reuniões foram realizadas na sala do “Club Literário e Recreativo Piumhiense”. Da 26ª reunião em diante os encontros passaram a serem realizados no consistório da Igreja do Rosário (pavimento superior), com consentimento do Vigário da Freguesia.

A MORTE AOS 68

Dona Carlota, contando com seus 68 anos de idade, faleceu às 10h da manhã de 1º de outubro de 1918 em sua residência de hemorragia cerebral. Seu registro de óbito consta que “vivía de serviços domésticos” e que deixou um filho com 24 anos de idade. Seu corpo foi sepultado no Cemitério Eclesiástico, encerrando dessa forma o ciclo de vida daquela que acolheu a ideia cedendo espaço para o nascedouro da SSVp em Piumhi. À sua memória o reconhecimento de sua singela, mas importante contribuição.

O Natal é tempo de abrandar nosso coração, pedir perdão e renovar nossos laços de amor e companheirismo. Desejo a todos piumhienses um feliz Natal.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com